

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
FLAVIA MAIA MOREIRA

**VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA ESCOLA: ABUSO/ASSÉDIO SEXUAL E RELAÇÕES
DE PODER**

Florianópolis
2016

FLAVIA MAIA MOREIRA

**VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA ESCOLA: ABUSO/ASSÉDIO SEXUAL E
RELAÇÕES DE PODER**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola vinculado ao Instituto de Estudos de Gênero do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Gênero e Diversidade na Escola (GDE).

Orientadora Professora Doutora Suzana Tolfo

Florianópolis

2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Moreira, Flavia Maia

Violência de Gênero na Escola : abuso/assédio sexual e
relações de poder / Flavia Maia Moreira ; orientadora,
Suzana da Rosa Tolfo - Florianópolis, SC, 2016.

56 p.

Monografia (especialização) - Universidade Federal de
Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas.
Curso de Gênero e Diversidade na Escola.

Inclui referências

1.Ciências Sociais. 3. Estudos de Gênero. 4. Violência
Simbólica na Escola. 5. Violência Sexual na Escola. I.
Tolfo, Suzana da Rosa. II. Universidade Federal de Santa
Catarina. Gênero e Diversidade na Escola. III. Título.

FLÁVIA MAIA MOREIRA

VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA ESCOLA: ASSÉDIO, ABUSO E RELAÇÕES DE PODER

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para obtenção do título de Especialista em Gênero e Diversidade na Escola (GDE).

Aprovado em 17 de dezembro de 2016.

Coordenação do Curso:

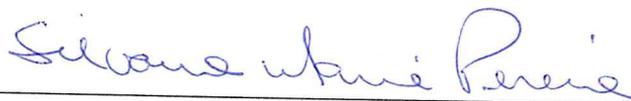


Olga Regina Zigelli Garcia

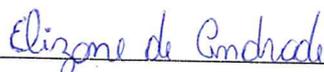
Banca Examinadora:



Suzana da Rosa Tolfo



Silvana Maria Pereira



Elizane de Andrade

*Às várias mulheres que inspiraram este trabalho:
minha mãe, minhas alunas, colegas e amigas, e
tantas outras que, apesar de tudo, resistem e
lutam.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, por terem me dado todas as condições para que eu pudesse fazer muitas escolhas em minha vida. Vocês me proporcionaram muitos privilégios, e por causa deles também hoje eu posso ocupar o meu lugar de direito como mulher.

Ao Instituto Federal de Santa Catarina, Câmpus São José, pelos desafios colocados e pelo apoio à formação continuada. Minha enorme gratidão por ter corajosamente permitido o desenvolvimento desta pesquisa e por ter me dado todas as condições para que eu a desenvolvesse.

Às/aos minhas/meus colegas e amigas/os Cris, Karine, Julie, Ana Paula, Franciele, Cida, Fernando, Alexandre, Dorval e Galdino, pelo respeito, colaboração e paciência durante todo o desenvolvimento deste curso. Um agradecimento especial ao grupo da Biologia, Gustavo, Manuel e Nédio, pela compreensão e colaboração durante minhas ausências.

Às minhas alunas, que me inspiraram com a coragem com que enfrentam situações de violência de gênero na escola cotidianamente. Um agradecimento especial a Evaléia, a Patrícia e a Sabrina pelo comprometimento de sempre e por terem auxiliado na validação do questionário. Meu agradecimento vai também a todas que dedicaram um pouquinho do seu tempo para participar e enriquecer esta pesquisa.

Às minhas colegas e ao meu colega de turma, pelas experiências compartilhadas, por me ajudarem a me enxergar, por me estimularem a chegar ao fim dessa caminhada. Meu agradecimento especial a nossa super, maravilhosa, e esplendorosa salve salve Samira! Aprendi muito com tod@s vocês!

Minha gratidão às Professoras Olga e Miriam, pela incansável luta e parceria na condução do curso, e à minha orientadora Suzana Tolfo, pela paciente correção e orientação deste trabalho.

Registro aqui um agradecimento especial pelo financiamento dado ao Curso de Especialização EaD em Gênero e Diversidade na Escola da Universidade Federal de Santa Catarina (GDE/UFSC) através do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE) gerido pela SECADI/MEC (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação) na gestão da presidenta Dilma Rousseff

(2011-2015), sem o qual seria impossível a operacionalização de um curso de dois anos de duração em cinco cidades de diversas regiões do estado de Santa Catarina. Agradecemos, sobretudo, os investimentos que durante os últimos 13 anos possibilitaram a expansão de políticas públicas de combate a fome, ao racismo, sexismo, lesbofobia, homofobia, transfobia e ao capacitismo. Infelizmente, a conjuntura política no último ano quase impossibilitou a conclusão desta 3ª edição do GDE, sobretudo depois da extinção da SECADI, que foi criada em 2004 e que possibilitou a realização de centenas de cursos com temáticas que versavam sobre diferenças, desigualdades e direitos humanos em todo o Brasil. Uma política de governo que infelizmente não se concretizou em uma política de Estado, ao contrário, vem sendo extinguida e criminalizada por diversos setores conservadores na sociedade. Que essa especialização seja lembrada como um espaço de resistência e de luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

Por fim, agradeço ao meu companheiro Rodrigo, que me inspira, me anima e que faz tudo valer a pena ao final do dia... te amo imensamente.

*Há mulheres que lutam um dia e são boas, há outras que lutam um ano e são melhores, há as que lutam muitos anos e são muito boas. Mas há as que lutam toda a vida e estas são imprescindíveis.
(adaptado de Bertolt Brecht)*

RESUMO

A Violência de gênero, especialmente no que diz respeito ao abuso e ao assédio sexual, parece ser um "fenômeno" que acompanha a vida das mulheres desde a infância. Muitas vezes ela ocorre dentro da própria família, ou na escola, ou ainda no trabalho já na sua vida adulta. Instituições "sagradas" da nossa sociedade, como a família ou a igreja, parecem não protegerem essas meninas-mulheres de seus abusadores. E assim não é diferente no ambiente escolar, um tema ainda tratado como tabu tanto pela academia quanto pelas próprias escolas. O silenciamento das vítimas na escola reforça a naturalização das desigualdades de gênero presentes na nossa sociedade, contribuindo para uma forma de violência que o sociólogo francês Pierre Bourdieu (1997) conceituou como simbólica. Sendo assim, o objetivo principal deste trabalho foi aquele de compreender a percepção acerca da violência de gênero relacionada ao ambiente escolar, em particular quanto aos indícios de abuso/assédio/violência sexual, utilizando como campo de estudo o Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), Câmpus São José. A pesquisa foi quali-quantitativa, através de questionário semi-estruturado. O estudo foi realizado com estudantes entre 16 e 20 anos, da 5ª a 8ª fase dos cursos técnicos Integrados do IFSC, Câmpus São José. Os resultados mostraram uma clara diferença na vivência dessas situações de violência no ambiente escolar entre os gêneros, tanto na sua tipologia, quanto no desconforto e intimidação. Também ficou claro que essas situações ocorreram desde o Ensino Fundamental, sem que a escola em nenhum momento apareça como protagonista no acolhimento dessas vítimas e no combate a esse tipo de violência.

Palavras-chave: violência simbólica na escola, desigualdade de gênero, abuso e assédio sexual na escola.

ABSTRACT

The gender violence, specially related to abuse and sexual harassment, seems to be a "phenomenon" present through a woman's life, since her childhood. "Sacred" Institutions such as the school or the church seem to not protect the girls/women from their abusers. It is not different in the school environment, a theme seen as a tabu, both from academia and schools. The silence of the victims in the school contributes to the naturalizations of gender inequalities that are presented in our society, adding to a form of violence that the French sociologist calls "symbolic". Thus, the main objective of this research is to study the perception about the gender violence in the school environment, in particular the evidence of sexual abuse/harassment/violence at Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), Câmpus São José. This was a quali-quantitative research, using a semi-structured questionnaire. The study was undertaken with students between sixteen and twenty years old, from the fifth to the eight phase of the High school certificate programs of IFSC, Câmpus São José. The results showed a clear difference in the experience of the situations of violence in the school environment between the genders, both its typology and discomfort and intimidation. It was also clear that these situations occurred since Elementary School, and the school did not appear as a protagonist in the reception/caring of those victims and in the combat of this type of violence.

Keywords: symbolic violence in the school, gender inequality, sex abuse and harassment in the school.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Renda familiar média dos alunos ingressantes no Instituto Federal de Santa Catarina, Câmpus São José (ano base 2015) nos cursos Técnicos (Integrados ao Ensino Médio e Subsequentes), Bacharelado e Licenciatura (IFSC, 2016).....	13
Figura 2 - Relação de gênero dos docentes no Instituto Federal de Santa Catarina, Câmpus São José (ano base 2015) (IFSC, 2016).....	14
Figura 3 - Relação de gênero dos técnicos-administrativos no Instituto Federal de Santa Catarina, Câmpus São José (ano base 2015) (IFSC, 2016).....	15
Figura 4 - Campanha publicitária de ingresso 2015-2 do Instituto Federal de Santa Catarina, IFSC (fonte: página institucional do IFSC – ifsc.edu.br).....	16

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição por gênero das alunas que responderam ao questionário: percentual.....	19
Gráfico 2 - Distribuição por idade e gênero das alunas que responderam ao questionário: números absolutos.....	19
Gráfico 3 - Distribuição das respostas de alunas (A) e alunos (B) à questão “Você já vivenciou algumas dessas situações, provocadas por algum professor, servidor e/ou funcionário da escola”.....	20
Gráfico 4 - Distribuição das respostas por gênero sobre a vivência das situações que indicam abuso e assédio sexual na escola.....	20
Gráfico 5 - Nível escolar das alunas quando da vivência das situações que indicam abuso/assédio sexual/violência sexual.....	21
Gráfico 6 - Distribuição das respostas por gênero à questão “Essa/as atitude/es se repetiram mais de uma vez?”.....	22
Gráfico 7 - Distribuição das respostas por gênero à questão “Você sentiu desconforto ou medo diante dessas atitudes?”.....	23
Gráfico 8 - Distribuição das respostas por gênero à questão “Você conversou a respeito com alguém?”.....	23
Gráfico 9 - Distribuição das respostas por gênero à questão “Se você conversou a respeito com alguém: com quem?”.....	24
Gráfico 10 - Distribuição das respostas por gênero à questão “Se você não conversou a respeito com ninguém: por quê?”.....	25
Gráfico 11 - Distribuição das respostas por gênero à questão “Você alguma vez se sentiu ameaçada/o, intimidada/o ou constrangida/o em frequentar as aulas e/ou outros espaços escolares em virtude desses tipos de atitudes?”.....	25
Gráfico 12 - Distribuição das respostas por gênero à questão “Alguma/algum colega sua/seu já relatou ter sofrido algum tipo de assédio em ambiente escolar, conforme descrito na questão 2? Se sim, descreva a situação.”.....	26
Gráfico 13 - Distribuição das respostas por gênero à questão “Como você avalia essas atitudes em relação às/aos alunas/alunos, por parte de professores, servidores e/ou funcionários da escola?”.....	28
Gráfico 14 - Distribuição das respostas por gênero à questão “Você considera importante que a escola aborde essa temática com a sua comunidade (alunos, professores e outros servidores)? Comente a respeito.”.....	31

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Quadro resumido da distribuição de matrículas por sexo nos diferentes tipos de cursos ofertados pelo Instituto Federal de Santa Catarina, Câmpus São José (IFSC, 2016).....	13
Tabela 2 - Distribuição dos questionários respondidos nas quatro últimas fases dos cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, do Instituto Federal de Santa Catarina – Câmpus São José (IFSC – Câmpus São José).....	18

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ECA – Estatuto da Criança do Adolescente

GDE – Gênero e Diversidade na Escola

HIV – Vírus da Imunodeficiência Humana

IFSC – Instituto Federal de Santa Catarina

PDI – Projeto de Desenvolvimento Institucional

PPI – Projeto Pedagógico Institucional

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	1
2	JUSTIFICATIVA	3
3	OBJETIVOS	5
4	REVISÃO DE LITERATURA.....	6
5	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	17
6	RESULTADOS	18
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
	REFERÊNCIAS	38
	APÊNDICE 1	41

1 INTRODUÇÃO

Atuando como docente no Ensino Médio em uma instituição de Educação Científica e Tecnológica, venho ocupando desde fevereiro de 2016 um cargo de gestão na Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão do Instituto Federal de Santa Catarina, Câmpus São José. Em um curto espaço de tempo, surpreendeu-me o fato de termos tido, junto a Direção de Ensino do câmpus, duas denúncias de constrangimento de alunas menores de idade por parte de um professor do câmpus: piadas de cunho erótico, contatos físicos inadequados, olhares maliciosos e convites para sair, foram algumas das situações relatadas pelas alunas. O encaminhamento dado a este caso foi a interpelação do referido professor por parte da Direção de Ensino juntamente a coordenadoria pedagógica do câmpus, assim como uma advertência verbal ao mesmo.

Além dessas situações, a naturalidade com que relacionamentos afetivos e/ou sexuais entre professores homens e alunas (menores ou não de idade) são historicamente encarados pela comunidade escolar, fez com que eu me interessasse em investigar um pouco mais a fundo de que maneira as relações de poder existentes entre professores e alunos estão operando em possíveis práticas de violência de gênero na escola, com conotação sexual.

Infelizmente, este assunto parece ser ainda um tabu no ambiente escolar, especialmente quando esse tipo de prática envolve os professores (UNESCO, 2015a). Tratado com extrema cautela e sigilo, o assédio por parte de agentes escolares parece se diluir ao se travestir de mal-entendido, talvez um excesso de carinho e atenção por parte desses servidores, e mais uma vez a culpa recai sobre a vítima, que interpretou de maneira errada as intenções do educador.

Para dar visibilidade ao problema, iniciativas como a página no Facebook "Meu professor abusador", criada por mulheres estudantes de licenciatura, tem como objetivo denunciar casos de assédio sexual, agressão verbal ou outros tipos de abuso sofridos por estudantes em escolas no Brasil. Após poucos meses de atividade, já haviam sido publicados cerca de 640 depoimentos de casos de violência de gênero com conotação sexual na escola, seja no Ensino Fundamental, Médio ou mesmo no Ensino Superior.

Abuso, assédio, violência sexual... Como podemos definir este tipo de ocorrência no ambiente escolar, principalmente quando composto por adolescentes e jovens? Qual é o papel

da escola na identificação e na prevenção deste tipo de ocorrência? Quais são as mensagens que a escola passa, ao se omitir frente às denúncias feitas pelas alunas?

Essas são algumas questões que motivaram este trabalho. O seu referencial teórico foi dividido em três partes: a primeira, que busca definições e aspectos legais dos termos Abuso/Assédio/Violência Sexual, termos esses muitas vezes utilizados como sinônimos; a segunda parte, que aborda as relações de poder na escola e como essas contribuem para a violência simbólica com forte conotação de gênero; e uma terceira e última parte, que traz uma descrição do campo de estudo, o Instituto Federal de Santa Catarina, como uma instituição tradicional de Ensino Profissional e Tecnológico.

Atento para o fato que este trabalho foi escrito, enquanto resultado de um curso feminista, em uma linguagem que utiliza palavras preferencialmente no gênero feminino quando se refere a um coletivo (alunas, professoras, diretoras, etc). Esta opção de linguagem demarca uma posição política na luta pela igualdade entre os gêneros.

2 JUSTIFICATIVA

O Brasil, apesar de importantes conquistas em relação à promoção da igualdade de gênero e empoderamento das mulheres na última década¹, ocupa atualmente o triste 85º lugar entre 145 países no ranking geral da desigualdade de gênero, segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2015). O país continua a ocupar o 121º lugar no ranking de participação das mulheres na política, com pouco mais de 10% dos assentos no Congresso Nacional. As mulheres também ocupam apenas 10% das prefeituras e representam 12% das câmaras municipais, apesar do cumprimento da lei de cotas (30%) obtido pela primeira vez nas eleições municipais de 2012.

Ainda segundo o relatório do PNUD (2015), a taxa de desemprego das mulheres é cerca de duas vezes a dos homens, uma diferença que aumenta quando se comparam homens brancos (5,3%) com mulheres afrodescendentes (12,5%). Apenas um quarto das mulheres empregadas está no setor formal. O salário médio para os homens é 30% maior do que o de mulheres. Um terço das famílias brasileiras é chefiada por mulheres, e metade delas é monoparental. As mulheres dedicam mais do que o dobro de seu tempo para as tarefas domésticas do que os homens. A taxa de feminicídio para as mulheres dobrou entre 1980 e 2011, e hoje uma mulher é assassinada a cada duas horas, a maioria por homens com os quais têm relações íntimas, colocando o Brasil como o sétimo país do mundo com maiores taxas de feminicídio. Em 2012, o número de estupros registrados foi superior a 50.000 no país e Santa Catarina está entre os Estados com maior número de ocorrências.

Tais pressupostos nos permitem pensar em como essa desigualdade e violência de gênero se manifestam na escola, visto que a mesma também faz parte da sociedade em que vivemos. A violência de gênero no ambiente escolar tem causado impacto negativo na educação de milhões de crianças em todo o mundo. Caracterizada por assédio verbal ou sexual, abuso sexual, punição física e *bullying*, ela pode resultar em um aumento do absenteísmo, fraco desempenho, desistência escolar, baixa autoestima, depressão, gravidez e

¹ São exemplos deste avanço: em 2003 foram criadas, com status ministerial, a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) e a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPPIR). Conferências Nacionais para a formulação participativa e revisão dos Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres e Políticas de Promoção da Igualdade Racial (PNPM e PLANAPPIR, respectivamente) foram organizados a cada três ou quatro anos, com o envolvimento de centenas de milhares de mulheres e homens; a promulgação da Lei Maria da Penha, em 2006, colocou o país na vanguarda; o povo brasileiro elegeu, pela primeira vez, uma mulher como presidente, cuja popularidade atingiu níveis recordes (<http://www.onumulheres.org.br/brasil/visao-geral/>).

infecções sexualmente transmitidas, como HIV; todos elementos que têm impacto negativo na aprendizagem e no bem-estar.

“Está claro que a violência de gênero no ambiente escolar tem criado um ambiente de aprendizagem perigoso para crianças em todo o mundo, especialmente para meninas adolescentes”, disse a diretora-geral da UNESCO Irina Bokova (UNESCO, 2015b, p.1):

Estudos sugerem que meninas adolescentes são particularmente vulneráveis à violência sexual, ao assédio e à exploração, inclusive em ambiente escolar. Dados indicam que 10% das adolescentes em países de baixa e média renda já relataram incidentes envolvendo relações sexuais forçadas ou outros atos sexuais no ano anterior. Além disso, uma pesquisa nacional na África do Sul mostrou que quase 8% de todas as meninas que frequentam escolas secundárias já tiveram experiências com agressão sexual grave ou estupro enquanto estavam na escola (UNESCO, 2015b, p.2).

A violência de gênero no ambiente escolar não está confinada apenas a países de baixa renda, trata-se, ao contrário, de um fenômeno global. Um estudo nos Países Baixos identificou que 27% dos estudantes já tinham sofrido assédio sexual infligido por funcionários da escola.

Contudo, a verdadeira escala e o real impacto da violência de gênero no ambiente escolar permanecem encobertos em função da falta de evidências. É necessário reunir informações mais amplas e concretas, assim como pesquisas comparativas e abordagens às informações já coletadas.

Dessa forma, o problema de pesquisa que aqui queremos responder é: quais as percepções das alunas do IFSC, Câmpus São José, sobre as situações e ou indícios de assédio e abuso sexual na escola?

3 OBJETIVOS

3.1. Objetivo Geral:

Conhecer a percepção de alunas do Ensino Médio acerca da violência de gênero relacionada ao ambiente escolar, em particular quanto aos indícios de abuso/assédio sexual, no Instituto Federal de Santa Catarina, Câmpus São José.

3.2. Objetivos Específicos:

- Verificar percepções da ocorrência de abuso, assédio e/ou violência sexual na escola;
- Identificar de que forma a estrutura de poder existente na escola contribui para a ocorrência desse tipo de violência;
- Discutir o papel da escola como um espaço privilegiado no combate à violência de gênero.

4 REVISÃO DE LITERATURA

4.1 Definições e aspectos legais de Abuso, Assédio e Violência Sexual

Os dispositivos legais, seja no âmbito civil, penal ou de legislação específica acerca dos direitos da criança e do adolescente, protegem o indivíduo contra a prática de violências sexuais, dada a sua incontestável gama de sequelas.

A Constituição Federal de 1988, refere em seu artigo 227 que:

“[...] é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar o menor de idade, com absoluta prioridade, todos os direitos fundamentais para uma boa vivência, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”, e no parágrafo quarto, cita a “punição legal de qualquer espécie de abuso, violência e exploração sexual contra criança e o adolescente”.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), promulgado em julho de 1990 pela Lei Federal n. 80699/90, como diploma legal especificamente destinado a defender os interesses destes, dispõe no artigo 5º que:

[...] nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

De acordo com a definição do Ministério da Saúde (BRASIL, 2002), o abuso sexual consiste em:

... todo ato ou jogo sexual, relação heterossexual ou homossexual cujo agressor está em estágio de desenvolvimento psicosssexual mais adiantado que a criança ou adolescente. Tem por intenção estimulá-la sexualmente ou utilizá-la para obter satisfação sexual. Apresenta-se sob a forma de práticas eróticas e sexuais impostas à criança e ao adolescente pela violência física, ameaças ou indução de sua vontade. Esse fenômeno violento pode variar desde atos em que não se produz o contato sexual (voyerismo, exibicionismo, produção de fotos), até diferentes tipos de ações que incluem contato sexual sem ou com penetração. Engloba ainda a situação de exploração sexual visando lucros como é o caso da prostituição e da pornografia (BRASIL, 2002, p.13).

O abuso sexual contra crianças e adolescentes é um relacionamento interpessoal sexualizado, privado, de dominação perversa, geralmente mantido em silêncio e segredo. Os episódios de abusos sexuais, longe de serem idênticos, distinguem-se profundamente, seja pelo autor da violência sexual, seu grau de parentesco com a vítima, autoridade e responsabilidade em relação ao vitimizado, idade e sexo da vítima e do abusador, tipo de violência cometida, duração e frequência e o local em que ocorrem. (BRASIL, 2007, p. 39).

Segundo Maio e Ferrari (2011 apud MARTELLI, 2013) a estimativa é que, no Brasil, 165 crianças ou adolescentes sofrem abuso sexual diariamente, isso equivale a 7 a cada hora. A maioria de crianças abusadas é de meninas, na faixa etária de 7 a 14 anos, sendo que 1 a cada 3 ou 4 meninas continua sendo abusada sexualmente até os 18 anos.

Por razões de origens sociais, religiosas, políticas, psicológicas, entre outras, ainda existe na sociedade um amplo receio em abordar o assunto do abuso sexual em crianças e adolescentes. Segredos e silêncios rondam essa temática, bem como visões e acepções distorcidas a respeito do abuso sexual dos abusadores, dos abusados, da família, da veracidade dos fatos, entre outras coisas. Mitos e preconceitos precisam ser questionados para conseguirmos compreender essa violência que extrapola as paredes familiares e chega às escolas (MARTELLI, 2013).

Já o termo “violência sexual”, segundo Faleiros e Campos (2000, apud VIODRES INOUE, RISTUM, 2008), seria a categoria explicativa da vitimização sexual, que se refere ao processo e à natureza da relação de poder estabelecida no abuso sexual.

Como todas as categorias de violência contra crianças e adolescentes, a violência sexual pode ainda comportar as sub-categorias: doméstica, intra-familiar e extra-familiar. A violência doméstica é exercida na esfera privada, dentro da residência da vítima; os agressores não são necessariamente familiares, podem ser outras pessoas que vivem na mesma casa. A violência sexual intra-familiar acontece dentro da família, é perpetrada por agressor que possui uma relação de parentesco ou vínculo familiar com a vítima e algum poder sobre ela, tanto do ponto de vista hierárquico (pai, mãe, padrasto e tios) como do ponto de vista afetivo (primos e irmãos), e que vive ou não sob o mesmo teto da vítima (Araújo, 2002).

Já a violência sexual extra-familiar ocorre fora do âmbito familiar, podendo ser cometida por conhecidos, como vizinhos e colegas, ou por desconhecidos. Quando a violência sexual é praticada por adolescentes, mesmo as vítimas sendo crianças, há uma tendência a considerá-la apenas como curiosidade juvenil ou experimentação sexual. Mas, segundo Amazarray e Koller (1998) e Drezett (2000), o que caracteriza a relação violenta e abusiva não é a diferença de idade, mas o uso de poder, autoridade ou força empregada pelo agressor (apud VIODRES INOUE, RISTUM, 2008).

É preciso destacar que nem todas as autoras concordam com a diferenciação entre as terminologias, abuso e violência sexual. Faria e Paulino (2012, p. 364), por exemplo, salientam a necessidade de não se utilizar o termo abuso sexual, mas sim violência sexual nas situações onde crianças e adolescentes sejam vítimas destes tipos de ofensas:

[...] o termo abuso pode denotar ultrapassar limites, mas quando estamos nos referindo a abuso sexual intrafamiliar de crianças e adolescentes será que existe limite? [...] Diante desse cenário, utilizar o termo abuso, em casos de violência sexual contra crianças e adolescentes pode vir a ser fator banalizador do ato de agredir sexualmente, pois pode ser um canal de abertura para que o agressor não se sinta culpado, já que se acredita não ter ocorrido violência por não existirem marcas externas. [...] O ato de abusar de crianças e adolescentes, mesmo diante da ausência de evidências físicas, é considerado violento quando submetem as crianças e adolescentes a algo não querido, não entendido e em alguns casos nem ao menos reconhecido por ele/as como fato real. (RIBEIRO, 2012 p. 364).

O assédio sexual é mais frequentemente relatado na vida adulta, já que se caracteriza primordialmente dentro do mundo do trabalho. É considerado crime desde 2001, descrito pelo artigo 216-A do Código Penal, e é caracterizado pelo constrangimento praticado por um superior hierárquico em face da vítima, onde o agente aproveita-se de seu cargo para obter, forçadamente, atos de natureza sexual com seu subordinado:

Art. 216-A. Constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função.” (Incluído pela Lei nº 10.224, de 15 de 2001)

Pena – detenção, de 1 (um) a 2 (dois) anos.

§ 2º A pena é aumentada em até um terço se a vítima é menor de 18 (dezoito) anos.

Para ser considerado assédio sexual não é necessário o contato físico. São várias as condutas do assédio, como por exemplo, importunar, molestar com perguntas ou pretensões, fazer gestos, escritas, expressões verbais, imagens transmitidas, comentários sutis, etc (JANSSEN, 2016).

Geralmente sofrido por mulheres, o assédio sexual acontece quando o sujeito abusa de sua condição hierárquica superior e, querendo obter favorecimento sexual, insiste e pressiona para conseguir o que quer.

Frequentemente, ouve-se falar que tal conduta é praticada em ambientes de trabalho, diante da relação empregado-empregador. Algumas profissões são consideradas de alto risco e mais sujeitas à vitimação potencial no imaginário coletivo, que tem algumas relações como inevitáveis: o médico e a enfermeira, o diretor e a atriz, o chefe e a secretária, assim como o professor e a aluna (FREITAS, 2001). Essas relações acontecem entre desiguais, não pela questão de gênero masculino versus feminino, apesar de geralmente o abusador ser do sexo masculino, mas porque um dos elementos da relação dispõe de formas de penalizar o outro lado (FREITAS, 2001).

No ambiente escolar, apesar de ainda existirem muitas controvérsias jurídicas a respeito da caracterização do crime de assédio sexual pelo fato de a relação professor-aluna diferir daquela empregada-empregador, sabemos que está presente uma relação de poder entre

esses sujeitos. Segundo Cezar Roberto Bitencourt (apud Janssen, 2016), “(...) *no caso de professor que assedia sua aluna, ameaçando-a no desempenho escolar, constrangendo-a com a possibilidade de sua reprovação, caracteriza-se uma relação de sujeição autorizadora do assédio sexual (...).*”

Isso nos coloca a necessidade de ampliarmos o nosso conhecimento acerca do poder e da violência simbólica presente no ambiente escolar, especialmente no que se refere às relações de gênero

4.2 Violência Simbólica e Relações de poder no ambiente escolar

A violência é algo complexo e polissêmico, isto é, apresenta diferentes sentidos, e o seu significado se define a partir do seu contexto formador social, econômico e cultural, de acordo com o sistema de valores adotados por cada sociedade e levando em considerações os seus níveis de tolerância para com a violência (SANTOS, 1999).

A violência escolar tem sido grande questão de debate nos dias atuais. Basta observarmos notícias, para ouvirmos relatos e fatos de sua ocorrência. Estes relatos normalmente consistem em formas de agressões físicas e verbais. Todavia, existe uma forma de violência sutil, difícil de caracterizar e por isso desconhecida por muitos, que está diretamente ligada à escola: a violência simbólica.

Entretanto, devemos fazer primeiramente uma diferenciação entre a violência NA, À e DA escola. A violência NA escola é aquela que se produz dentro do espaço escolar, sem estar ligada à natureza e às atividades da instituição escolar[...]. A violência À escola está ligada à natureza e às atividades da instituição escolar [...] Essa violência contra a escola deve ser analisada junto com a violência DA escola: uma violência institucional, simbólica, que os próprios jovens suportam através da maneira como a instituição e seus agentes os tratam (CHARLOT, 2002, p. 434 e 435).

Elaborado pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu, o conceito de violência simbólica pode ser compreendido como um meio mais sutil de dominação e exclusão social. Apesar de esta violência não ser tão visível quanto a agressão física, não é menos nociva, pois pode agregar ao indivíduo conceitos e regras que o façam permanecer sempre na posição de dominado (BRANDT, 2014)

Medeiros (2007) define violência simbólica como:

Coação que exercem os grupos ou classes dominantes sobre os grupos ou classes dominadas para impor significações legítimas, ou ainda impondo como legítima a cultura de determinados grupos ou classes aos demais (MEDEIROS, 2007, p. 248).

E ainda:

Trata-se de um tipo de violência, de uma forma particular de constrangimento exercida com a cumplicidade daqueles que dela são vítima, que extorque submissões que não são percebidas como submissões, extorquindo também crenças socialmente inculcadas (idem, p. 21).

Dessa forma, a posição de inferioridade que as mulheres ocupam ainda hoje na vida familiar, na organização social, nos universos de trabalho e da política, assim como nas representações sociais, devem-se a um padrão de dominação masculina, que tem contribuído para a reprodução de estereótipos do papel secundário e marginal da mulher na sociedade.

Esses padrões de gênero predominantes pensam e fazem do homem o mais forte, o mais responsável, o mais inteligente e, por isso, o mais capacitado e habilitado para funções ditas “superiores”, que se justificam pela condição e posição social que ocupam no espaço público. À mulher, cabem as funções “inferiores”, reservadas ao espaço da casa, como o cuidado com os filhos e o lar. Ao homem é destinada a conquista do espaço público; à mulher, o espaço privado, dela por natureza. O discurso predominante sobre os modos de ser masculino e feminino é, pois, construído com a intenção de subordinar a mulher e desvalorizar a esfera do feminino (SANTOS, 2009).

Tais pressupostos nos permitem pensar em como a violência simbólica se manifesta na escola. Na perspectiva Bourdieusiana, há uma correlação entre as desigualdades sociais e escolares. As posições mais elevadas e prestigiadas dentro do sistema de ensino (definidas em termos de disciplinas, cursos, ramos de ensino, estabelecimentos) tendem a ser ocupadas pelos indivíduos pertencentes aos grupos socialmente dominantes (SOUZA, 2012).

Mas qual a origem desse modelo de escola, que reproduzimos hoje com tanta naturalidade e que queremos mais diversa, mais inclusiva, mais libertária? Guacira Louro nos dá uma pista quando diz

Diferenças, distinções, desigualdades... a escola entende disso. Na verdade, a escola produz isso. Desde seus inícios, a instituição escolar exerceu uma ação distintiva. Ela se incumbiu de separar os sujeitos – tornando aqueles que nela estavam distintos dos outros, os que a ela não tinham acesso. Ela dividiu também, internamente, os que lá estavam, através de múltiplos mecanismos de classificação, ordenamento, hierarquização. A escola que nos foi legada pela sociedade ocidental moderna começou por separar adultos de crianças, católicos e protestantes. Ela também se fez diferente para os ricos e para os pobres e ela imediatamente separou os meninos das meninas (LOURO, 2014, p.61)

Segundo Junqueira (2009), têm-se na escola a “pedagogia do insulto”, muito difundida em todos os segmentos da comunidade escolar, “*constituída de piadas, brincadeiras, jogos, apelidos, insinuações, expressões desqualificantes – poderosos mecanismos de silenciamento e de dominação simbólica*” (JUNQUEIRA, 2009, p.17).

A escola é assim uma instituição social que reproduz as violências de gênero presentes na sociedade em geral. Configura-se como um lugar de opressão, discriminação e preconceitos, no qual e em torno do qual existe um preocupante quadro de violência a que estão submetidos milhões de jovens e adultos, mulheres e homens, gays, lésbicas, bissexuais, transgêneros e transexuais.

O efeito dessas violências em um espaço normatizador, disfarçado de neutralidade, é difícil de medir. Embora produza efeito sobre toda comunidade escolar, é mais plausível supor que a violência simbólica de gênero incida mais fortemente nas trajetórias educacionais e formativas e nas possibilidades de inserção social de jovens que estejam vivenciando processos de construção de identidades sexual e de gênero que os situam junto à classe dominada no processo de violência simbólica:

afeta-lhes o bem-estar subjetivo, nos padrões das relações sociais entre estudantes e destes com profissionais da educação, interfere nas expectativas quanto ao sucesso e ao rendimento escolar, produz intimidação, insegurança, estigmatização, segregação e isolamento; [...] gera desinteresse pela escola; produz distorção idade-série, abandono e evasão; prejudica a inserção no mercado de trabalho; enseja uma visibilidade distorcida; vulnerabiliza física e psicologicamente; tumultua o processo de configuração e expressão identitária; afeta a construção da auto-estima; influencia a vida socioafetiva (JUNQUEIRA, 2009, p.24).

Embora não se possa atribuir à escola o poder e a responsabilidade de explicar identidades sociais ou de determiná-las de forma definitiva, é necessário reconhecer que “*suas proposições, suas imposições e proibições fazem sentido, têm 'efeitos de verdade', constituem parte significativa das histórias pessoais*” (LOURO, 1999, p.21 apud JUNQUEIRA, 2009, p. 16).

Descreveremos a seguir, de que forma o Instituto Federal de Santa Catarina, Câmpus São José, se constitui enquanto instituição de Educação Profissional Tecnológica e campo de estudo para violência de gênero na escola.

4.3 A Educação Profissional e Tecnologia: o caso do Instituto Federal de Santa Catarina, Câmpus São José

Em 29 de dezembro de 2008, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei nº 11.892/08, que criou 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET) em todo o Brasil. Estes IFETs são responsáveis atualmente pela oferta de várias modalidades de ensino: Formação Inicial e Continuada, Técnico Integrado ao Ensino Médio, Técnico Subsequente, PROEJA (Educação de Jovens e Adultos Profissionalizante), Licenciatura, Tecnólogo e Engenharia

O Instituto Federal de Santa Catarina – Câmpus São José está localizado no município de São José, na Grande Florianópolis (SC), e iniciou a oferta de cursos em 1988. Atualmente o Câmpus, que funciona nos turnos matutino, vespertino e noturno, atende cerca de 1.100 alunos. Sua infraestrutura é composta por 14 salas de aula, auditório e miniauditório, sala de videoconferência, biblioteca, quadras de esporte cobertas, academia, sala de cultura (sala ampla com materiais esportivos, que é utilizada tanto para a educação física quanto para outras atividades em grandes grupos) cantina e 22 laboratórios. Os cursos técnicos ofertados são: Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio em Refrigeração e Climatização e em Telecomunicações, Curso Técnico Subsequente em Refrigeração e Climatização e em Telecomunicações. Além dos cursos técnicos, o Câmpus São José oferece ainda o Curso de Licenciatura em Ciências da Natureza com Habilitação em Química (em fase de extinção), Curso de Licenciatura em Química, Curso de Engenharia de Telecomunicações e o PROEJA/FIC em Operador de Computador.

Observando o Anuário Estatístico da Instituição (IFSC, 2016), podemos observar o perfil socioeconômico da comunidade do câmpus São José, tanto no que diz respeito a renda familiar (Figura 1), quanto a relação de gênero dos discentes ingressantes em 2016.



Figura 1. Renda familiar média dos alunos ingressantes no Instituto Federal de Santa Catarina, Câmpus São José (ano base 2015) nos cursos Técnico (Integrados ao Ensino Médio e Subsequentes), Bacharelado e Licenciatura (IFSC, 2016)

Tabela 1. Quadro resumido da distribuição de matrículas por sexo nos diferentes tipos de cursos ofertados pelo Instituto Federal de Santa Catarina, Câmpus São José (IFSC, 2016)

Tipologia curso		Sexo F	Sexo M
Técnico Integrado		41,27%	58,73%
Técnico Subsequente		6,3%	93,7%
Superior	Licenciatura	60%	40%
	Bacharelado	25,81%	74,19%

Com mais de dois terços das alunas matriculadas no semestre 2016-1 pertencentes a classe D e C (67,59%), a divisão por gênero nos mostra um grande desequilíbrio de gênero na procura das diferentes ofertas formativas do Câmpus São José.

Assim, os cursos técnicos subsequentes (Telecomunicações e Refrigeração) e o curso superior Bacharelado (Engenharia de Telecomunicações) tiveram uma grande prevalência de pessoas matriculadas do sexo masculino (93,7% e 74,2%, respectivamente), enquanto o curso superior Química – Licenciatura foi o único com menor procura por pessoas do sexo

masculino (40%). O curso Técnico Integrado foi o que apresentou maior procura por pessoas do sexo feminino (41,3%), provavelmente devido ao interesse pela oferta pública e gratuita do Ensino Médio, que se dá de forma integrada.

Também interessante observar que a desigualdade de gênero também está presente entre os servidores do Câmpus São José (figuras 2 e 3), em particular entre os docentes, os maiores responsáveis pela formação na área técnica:

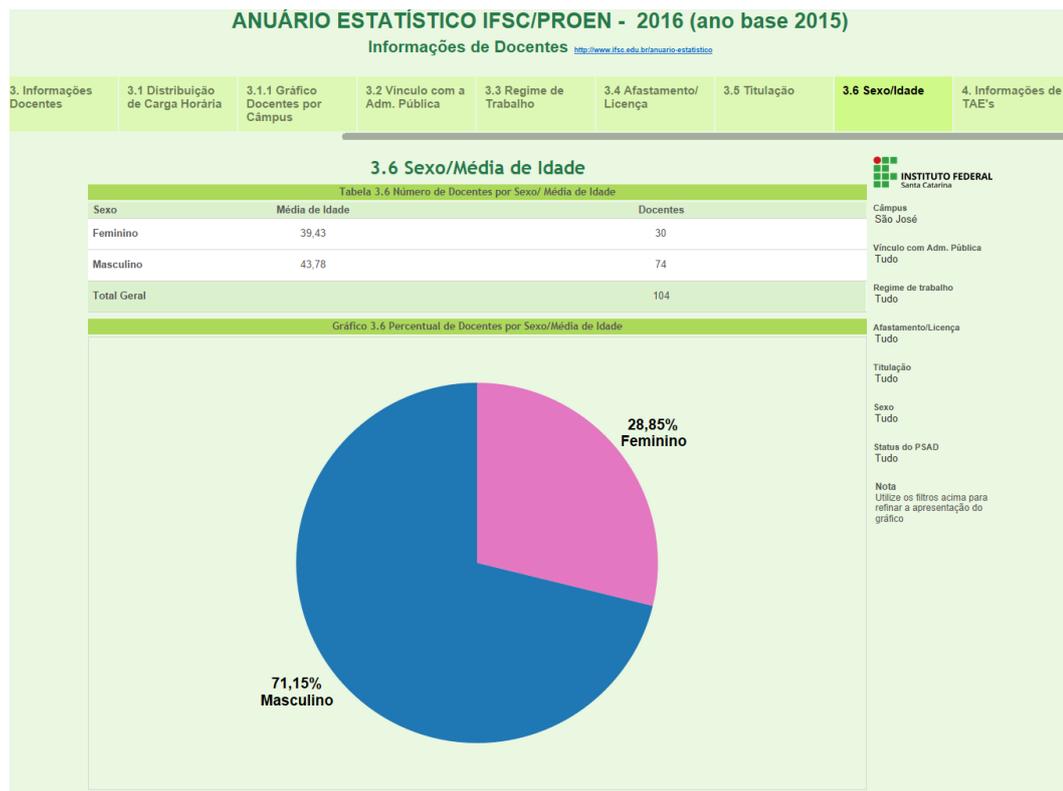


Figura 2. Relação de gênero dos docentes no Instituto Federal de Santa Catarina, Câmpus São José (ano base 2015) (IFSC, 2016)

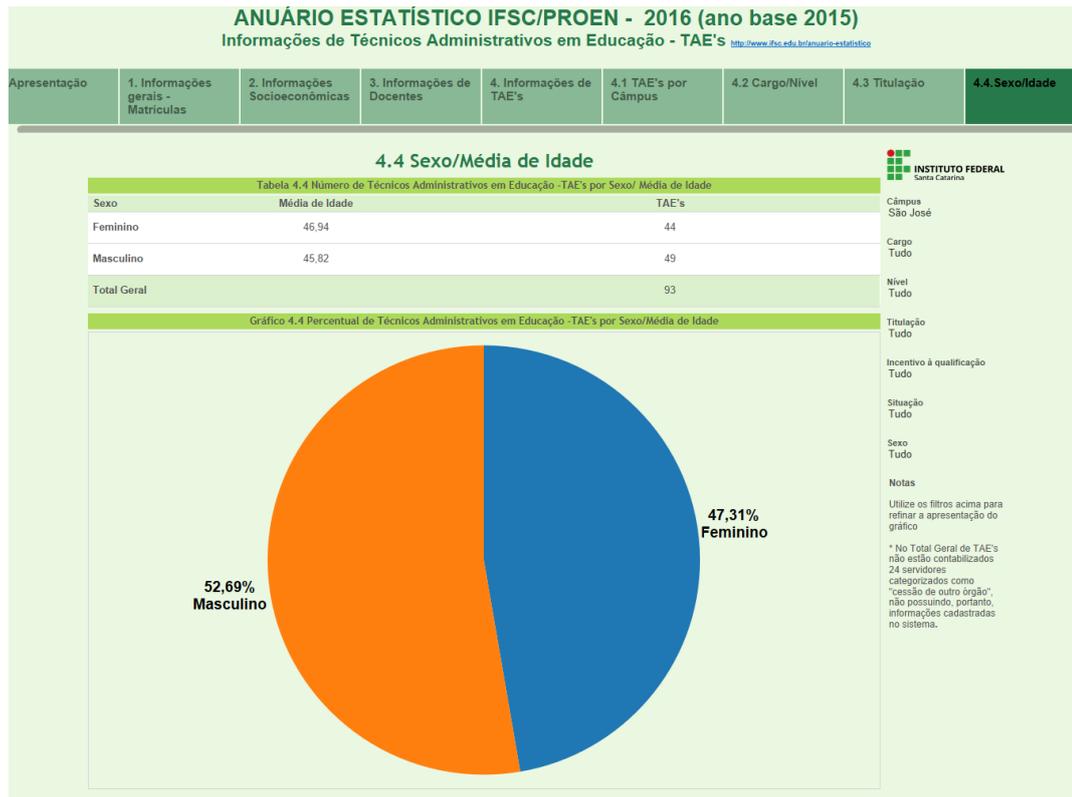


Figura 3. Relação de gênero dos técnicos-administrativos no Instituto Federal de Santa Catarina, Câmpus São José (ano base 2015) (IFSC, 2016)

Assim, o Instituto Federal de Santa Catarina – Câmpus São José é uma instituição consolidada no ensino profissional e tecnológico em nosso Estado. Com origem nas antigas escolas técnicas industriais profissionalizantes, criada com o então objetivo de atender as classes sociais mais populares da sociedade, apresenta ainda hoje um entrelaçamento muito forte entre profissões e estereótipos de gênero, não só no imaginário coletivo da sociedade, mas também dentro da escola, sem que essa tenha feito ainda grandes esforços para a superação dessa desigualdade.

Ao observarmos as últimas campanhas de ingresso (Figuras 4), por exemplo, alguns estereótipos têm sido reforçados: enquanto algumas profissões ligadas aos cursos técnicos industriais são representadas por figuras masculinas, outras ligadas à cozinha e secretariado, são representadas por modelos femininas, naturalizando os padrões de gênero que mantêm homens e mulheres presos em comportamentos determinados para cada sexo.



Figura 4. Campanha publicitária de ingresso 2015-2 do Instituto Federal de Santa Catarina, IFSC (fonte: página institucional do IFSC – www.ifsc.edu.br).

Ao analisarmos o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), documento norteador das políticas de atendimento aos discentes e de suas ofertas formativas para os anos 2015-2019, podemos verificar que em todo o documento, constituído de 320 páginas, que as palavras gênero ou sexualidade não são citadas nem uma única vez.

O texto a seguir, integrante do capítulo 2 - Projeto Pedagógico Institucional (PPI), nos traz a dimensão da importância de tal documento para a instituição:

Para dar conta desse desafio, o projeto pedagógico é o elemento “mais importante do PDI, na medida em que organiza e consolida a programação das atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão” e é político porque remete ao compromisso social da instituição com a formação de profissionais cidadãos [...]. Em uma perspectiva emancipadora e democrática, o PPI precisa ser entendido como um instrumento teórico-metodológico que orienta as ações da instituição para a transformação da realidade. É um planejamento amplo, global, construído coletivamente e concretizado de forma processual, possibilitando a reflexão constante sobre o fazer e a sua reconstrução permanente. (IFSC, 2014, p. 2.3)

Apesar de não encontrarmos essas temáticas no planejamento institucional do IFSC, existem algumas iniciativas que são fomentadas pela instituição, como os programas Mulheres Mil e Mulheres Sim, que visam o aumento da escolaridade e o empoderamento de mulheres em situação de vulnerabilidade com programas de capacitação profissional, além de apoio a grupos de pesquisa e projetos de pesquisa e extensão que promovem a discussão de gênero na escola.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo aqui apresentado é do tipo quali-quantitativo, com a aplicação de questionário semi-estruturado (APÊNDICE 1), composto de 7 questões abertas e fechadas, com o objetivo de revelar as percepções acerca da violência sexual no ambiente escolar pelas alunas no Ensino Técnico Integrado do IFSC, câmpus São José.

As questões foram construídas a partir de denúncia de alunas que procuraram a Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão do IFSC, Câmpus São José, quanto a comportamentos de assédio e abuso por parte de professores da escola.

O questionário elaborado passou pela validação de três doutores em Ciências Humanas, colegas de trabalho, além de três alunas do último ano do curso de Licenciatura em Ciências da Natureza com habilitação em Química, também do Câmpus São José. A análise prévia desse instrumento de pesquisa provocou a inserção de duas novas questões, além da alteração de algumas terminologias nas demais.

A primeira parte do questionário teve como objetivo o levantamento da experiência das alunas em relação a situações que poderiam indicar abuso ou assédio sexual, perpetradas por servidores do Câmpus. A segunda parte visou um maior detalhamento dessa experiência (somente para aquelas alunas que responderam “sim” ou “acho que sim” a algum dos itens da primeira parte), e a terceira e última parte (dirigido a todas), composta exclusivamente por questões abertas, procurou investigar a opinião geral das alunas a respeito deste tipo de prática no ambiente escolar.

O estudo foi realizado no Instituto Federal de Santa Catarina, Câmpus São José, com alunas da 5ª a 8ª fase (quatro últimas fases dos cursos) dos Cursos Técnicos em Telecomunicações e em Refrigeração e Climatização Integrados ao Ensino Médio. A escolha pelas últimas fases dos cursos foi motivada pela maturidade física e emocional das alunas e pela longa experiência com o ambiente escolar, já que essas se encontram nos últimos anos do Ensino Básico.

Ao todo foram aplicados 180 questionários em forma impressa, que foram respondidos em cerca de 30 minutos de aulas cedidas pelos professores nas diferentes turmas. As questões fechadas foram analisadas estatisticamente quanto a distribuição dos dados nas diferentes classes consideradas, enquanto aquelas abertas foram analisadas conforme o seu conteúdo.

6 RESULTADOS

Ao todo, 180 questionários foram respondidos em 8 turmas de Ensino Médio, de 5ª a 8ª fase dos cursos Técnicos em Telecomunicações e Refrigeração e Climatização Integrados ao Ensino Médio (Tabela 2).

Tabela 2. Distribuição dos questionários respondidos nas quatro últimas fases dos cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, do Instituto Federal de Santa Catarina – Câmpus São José (IFSC – Câmpus São José).

Fase	Técnico em Telecomunicações Integrado ao Ensino Médio	Técnico em Refrigeração e Climatização Integrado ao Ensino Médio	Total
5ª	28	23	51
6ª	23	25	48
7ª	18	15	33
8ª	20	28	48
Total	89	91	180

Do total dos questionários respondidos, 42% (75) pessoas se identificaram como pertencentes ao gênero feminino, 57% (103) pertencentes ao gênero masculino, e 1% (2) não se identificaram como nenhum gênero (Gráfico 1). A idade das participantes variou de 16 a 20 anos (Gráfico 2).



Gráfico 1. Distribuição por gênero das alunas que responderam ao questionário: Percentual em relação ao número de participantes totais (180).

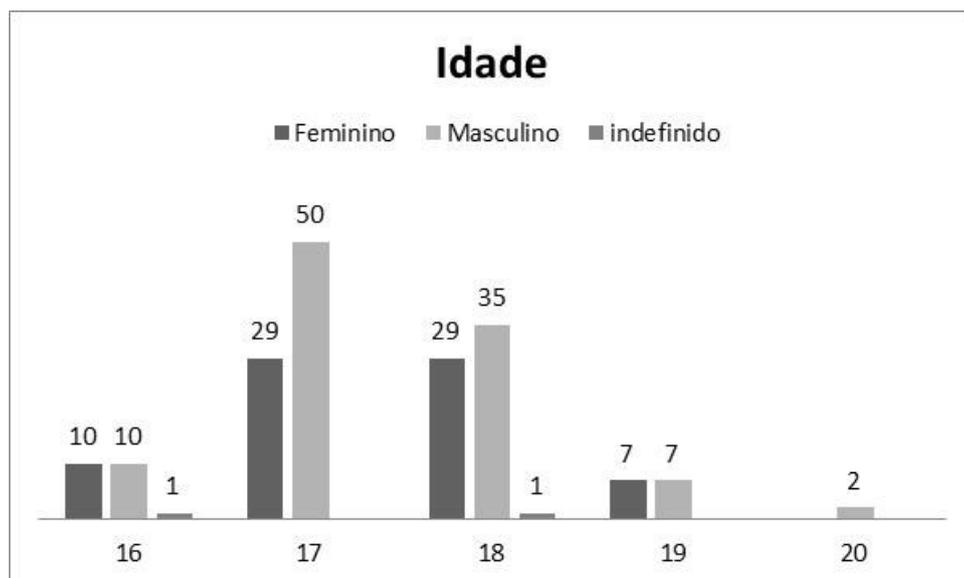


Gráfico 2. Distribuição por idade e gênero das alunas que responderam ao questionário: números absolutos.

A primeira parte do questionário buscou investigar a vivência das alunas e alunos quanto a situações e atitudes abusivas provocadas por professores, servidores e/ou funcionários da escola. As respostas mostraram uma diferença marcante entre os gêneros, conforme mostra o gráfico 3, onde 75% das alunas responderam “Sim” ou “Acho que sim” a pelo menos uma das situações colocadas neste estudo, enquanto que para os alunos essa proporção caiu para 52% (Gráfico 3).

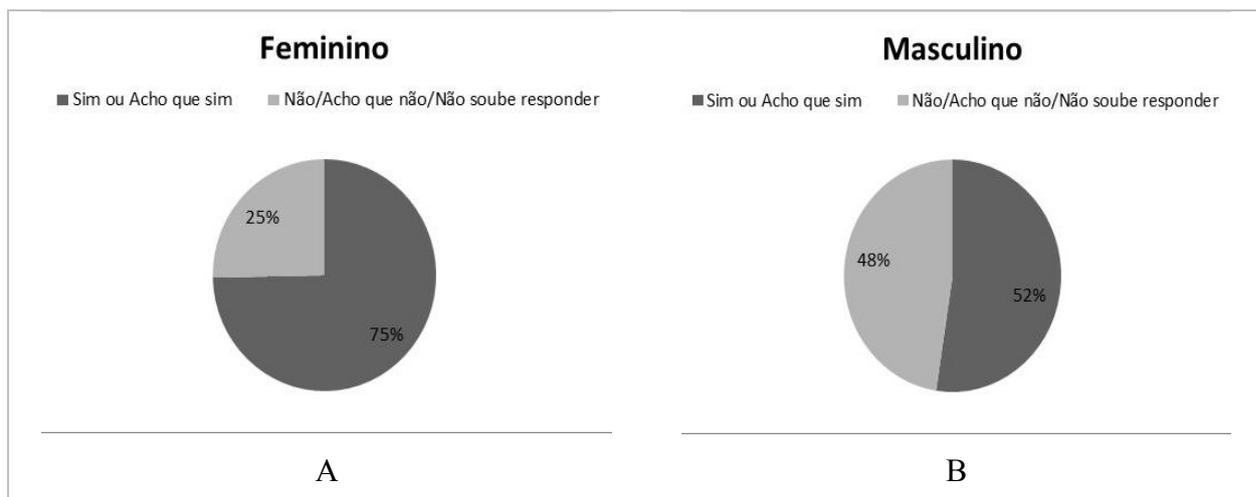


Gráfico 3. Distribuição das respostas de alunas (A) e alunos (B) à questão “Você já vivenciou algumas dessas situações, provocadas por algum professor, servidor e/ou funcionário da escola”.

Houve também uma notável diferença no relato do tipo de situação vivenciada quando analisamos as respostas dadas a questão 2 do questionário (Gráfico 4).

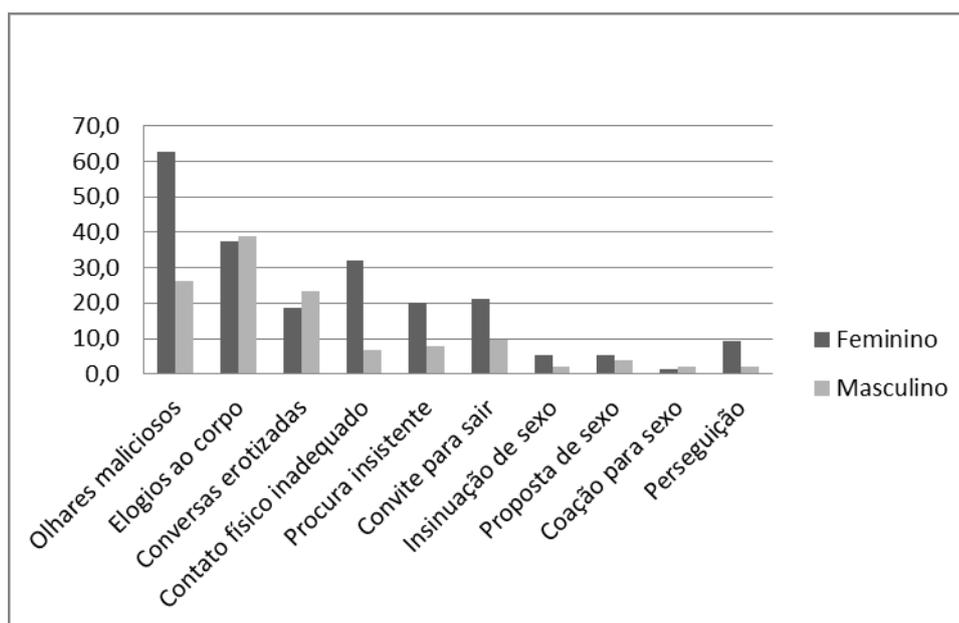


Gráfico 4. Distribuição das respostas por gênero sobre a vivência das situações que indicam abuso e assédio sexual na escola.

Com exceção aos itens “Elogios aos atributos físicos” e “Conversas de cunho erótico, sensual e/ou sexual descontextualizadas”, as alunas revelaram uma maior vivência em todos as outras situações citadas em relação aos alunos, em particular quanto aos itens “Olhares maliciosos e/ou indiscretos”, “Contato físico, além do conveniente”, “Procura insistente (na escola, aplicativos e/ou redes sociais)”, “Convite para sair” e ainda quanto à “Perseguição por não responder às aproximações”.

Do levantamento realizado, pudemos verificar a ocorrência de violência sexual no ambiente escolar, nos termos já apontados aqui por Faleiros e Campos (2000), entre os relatos das participantes. Segundo esses, as principais situações vivenciadas se enquadram no que o Ministério da Saúde (2002) e autoras como Viodres Inoue e Ristum (2008) definem como abuso sexual, ou seja, um relacionamento interpessoal sexualizado, privado, envolvendo o uso de poder e autoridade conferidos pela escola por parte do agressor, para estimular ou obter alguma forma de satisfação sexual. Ainda, tratando-se em grande parte de um público adolescente, exerce o agressor uso de poder, uma vez que é considerado em estágio de desenvolvimento psicosssexual mais adiantado que suas vítimas.

A segunda parte do questionário, destinada somente àquelas pessoas que responderam “Sim” ou “Acho que sim” a qualquer uma das situações colocadas na primeira parte do questionário, tinha como objetivo descrever de forma mais detalhada a ocorrência e a percepção das alunas sobre a vivência dessas situações.

Ao serem questionadas sobre o nível escolar de ocorrência de tais situações, alunas e alunos responderam de modo similar, sendo o Ensino Médio o nível de escolaridade mais citado (65%) (Gráfico 5). Interessante notar que 13% das entrevistadas relataram ter passado por essas situações no Ensino Fundamental, e 22% citaram tanto o Ensino Médio quanto o Ensino Fundamental como espaço de ocorrência dessas situações.

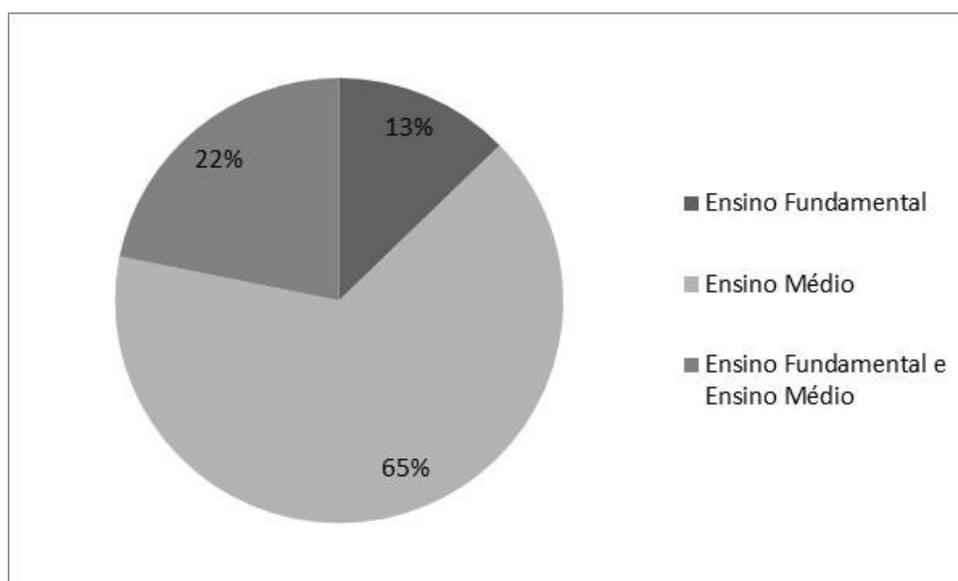


Gráfico 5. Nível escolar das alunas quando da vivência das situações que indicam abuso/assédio sexual/violência sexual.

Esses dados, somados a idade das participantes deste estudo, revelam que a escola não é capaz de garantir a segurança de suas alunas, refletindo os dados de Maio e Ferrari (2011, apud MARTELLI, 2013), segundo os quais seriam as meninas, entre 7 e 18 as mais suscetíveis ao abuso sexual entre crianças e adolescentes. Quando perguntados se essas situações se repetiram ou não, com a mesma pessoa ou com pessoas diferentes, observamos que essas tendem a se repetir mais com as alunas (73%) do que com os alunos (56%). As alunas relataram também uma maior insistência de uma mesma pessoa em tais atitudes (35%) do que os alunos (11%), mostrando uma maior pessoalidade dessas situações para as alunas (Gráfico 6).

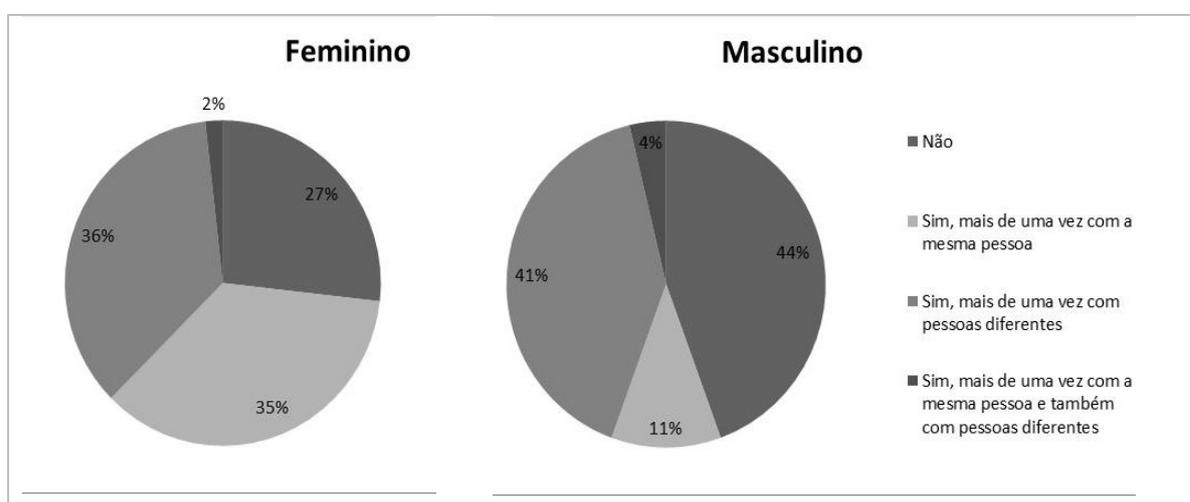


Gráfico 6. Distribuição das respostas por gênero à questão “Essa/as atitude/s se repetiu/iram mais de uma vez?”.

Observa-se uma nítida diferença entre os gêneros, marcadamente mais negativa para as alunas em relação aos alunos, em relação à sensação de desconforto com a vivência dessas atitudes no ambiente escolar (Gráfico 7). Oitenta e oito por cento das alunas que responderam sim ou acho que sim a alguma das atitudes elencadas na primeira parte do questionário, declararam ter sentido desconforto ou medo diante dessas atitudes. Para os alunos, essa proporção foi inversa, com 72% deles declarando que não sentiram medo ou desconforto diante de tais atitudes.

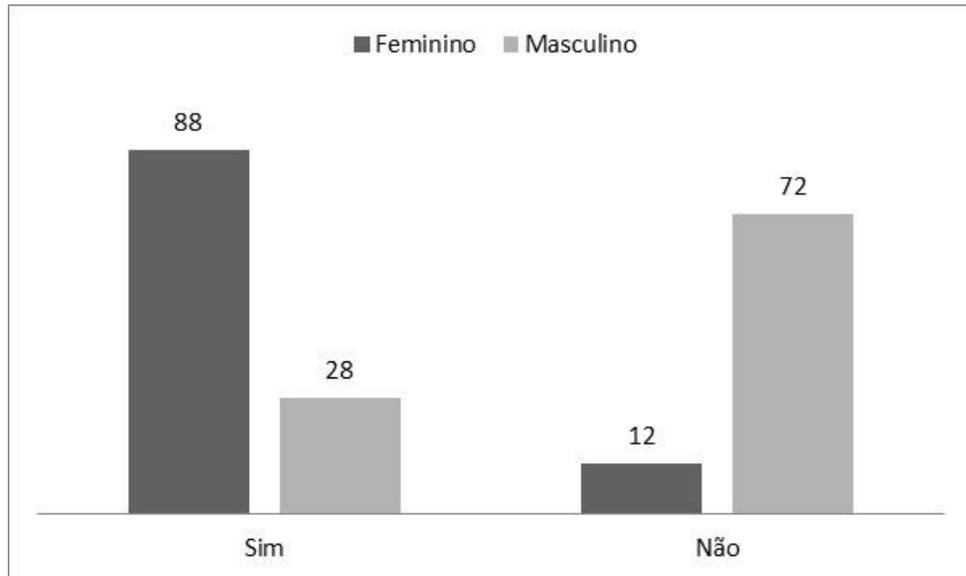


Gráfico 7. Distribuição das respostas por gênero à questão “Você sentiu desconforto ou medo diante dessas atitudes?”.

Essa sensação de desconforto talvez justifique a diferença observada novamente entre os gêneros, quando perguntados se conversaram com alguém a respeito (Gráfico 8). A maior parte das alunas entrevistadas respondeu que sim (64%), enquanto a maior parte dos alunos responderam que não (70%).

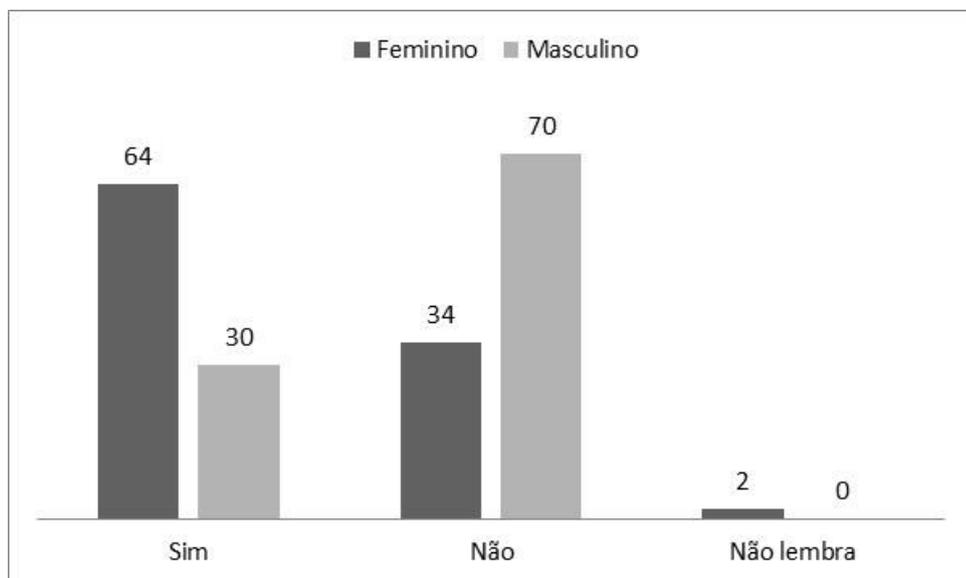


Gráfico 8. Distribuição das respostas por gênero à questão “Você conversou a respeito com alguém?”.

A maior parte dos participantes da pesquisa (alunas e alunos) que responderam “sim, conversei com alguém a respeito”, relataram que conversaram principalmente com amigas

e/ou colegas (Gráfico 9). Conversas com familiares foram também citadas por 17% das alunas.

Chama a atenção os relatos isolados de conversas com professoras e a ausência de referência a qualquer setor da escola para tratar do assunto. Essa ausência da escola reforça o silêncio e o segredo em torno dessa temática. Estudos revelam que a ausência, a indiferença ou a negação do ocorrido por parte de figuras importantes para essas adolescentes, como a família ou a escola, acabam por acentuar os danos e os traumas provocados por esse tipo de violência (Amazarray & Koller, 1998).

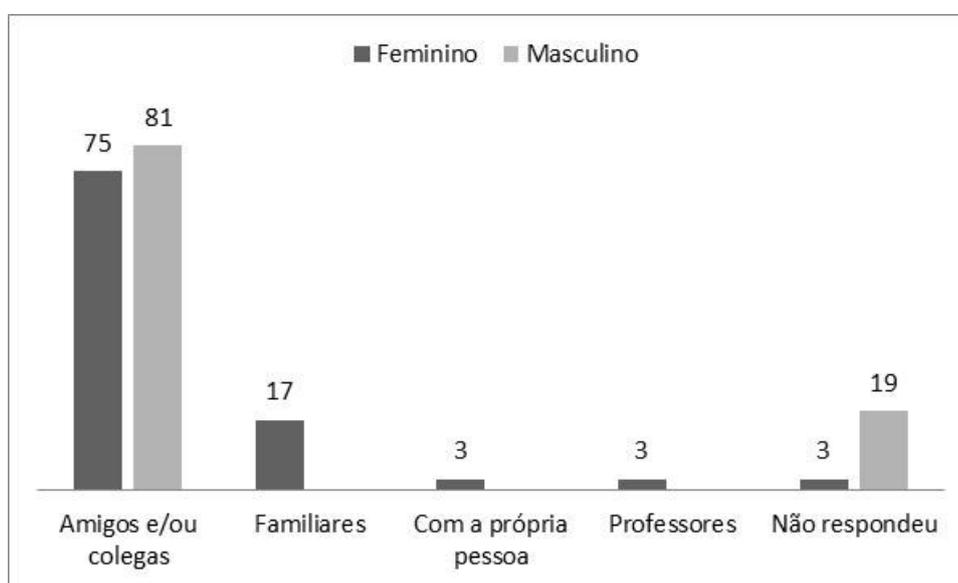


Gráfico 9. Distribuição das respostas por gênero à questão “Se você conversou a respeito com alguém: com quem?”.

Aos que justificaram o fato de não terem conversado com ninguém a respeito do ocorrido na escola, o principal motivo mencionado foi o fato de não ter considerado a situação importante, ou não terem sentido necessidade para tal (Gráfico 10). Importante porém ressaltar que 11% das alunas não comentaram com ninguém por não terem se sentido confortáveis para tal, assim como 3% dos alunos declararam ter sentido medo.

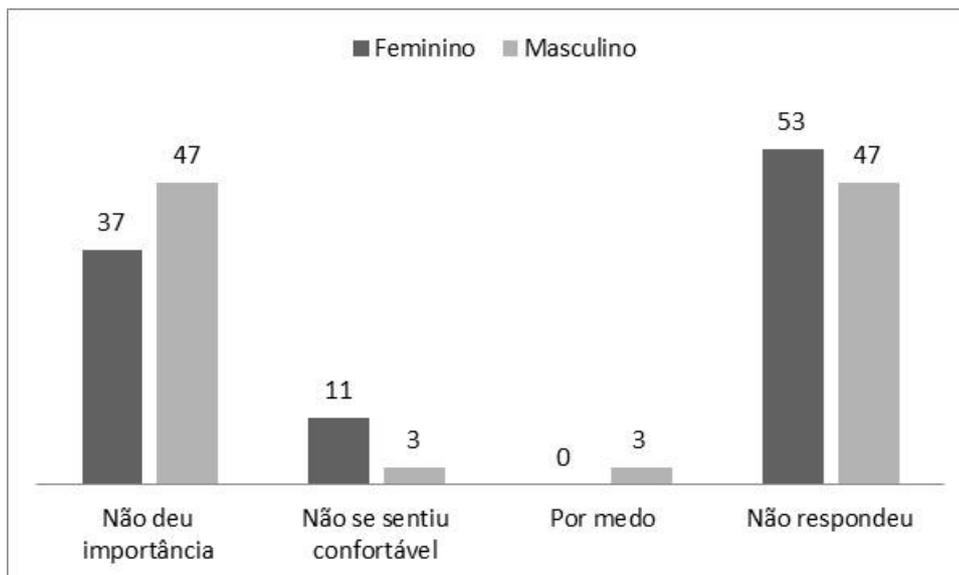


Gráfico 10. Distribuição das respostas por gênero à questão “Se você não conversou a respeito com ninguém: por que?”.

Em relação à sensação de insegurança no ambiente escolar, o relato de alunas quando perguntadas se alguma vez se sentiram ameaçadas, intimidadas ou constrangidas em frequentar as aulas e/ou outros espaços escolares em virtude desse tipo de situação, nos mostra novamente uma diferença importante na vivência escolar entre os gêneros: podemos observar que quase metade das alunas (48%) que passaram por algum tipo de situação de assédio/abuso por parte de servidores da Escola respondeu que sim (Gráfico 11). Essa sensação de insegurança foi significativamente menor entre os alunos na mesma situação (15%).

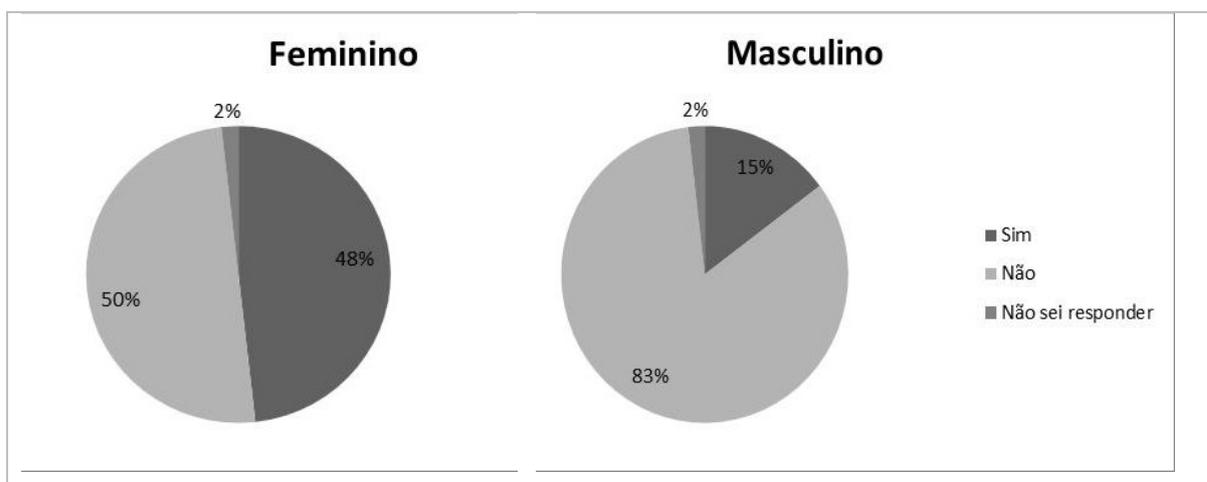


Gráfico 11. Distribuição das respostas por gênero à questão “Você alguma vez se sentiu ameaçada/o, intimidada/o ou constrangida/o em frequentar as aulas e/ou outros espaços escolares em virtude desses tipos de atitudes?”

Esse fato revela como o ambiente escolar, mesmo com a qualidade de ensino reconhecida do IFSC, pode ser um ambiente opressivo e reprodutor de violência de gênero. Estes dados convergem com aqueles divulgados pela UNESCO (2015), e sugerem que as meninas são particularmente vulneráveis à violência sexual no ambiente escolar.

A terceira parte do questionário, que era constituída de quatro questões abertas dirigidas a todas as participantes, buscava justamente trazer um espaço onde essas pudessem relatar e expressar suas opiniões a respeito desse tipo de ocorrência no ambiente escolar.

Quando perguntados se tinham conhecimento da ocorrência com amigos e colegas das situações como aquelas citadas na primeira parte do questionário, pode-se verificar que um número bastante alto de participantes da pesquisa, principalmente as alunas (53%), tem conhecimento da ocorrência de situações citadas neste estudo no ambiente escolar (Gráfico 12).

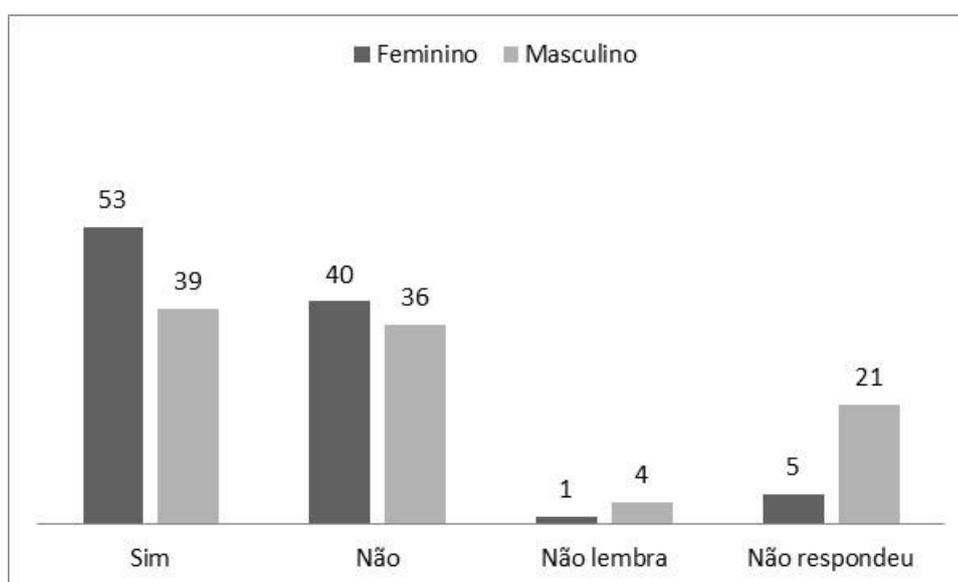


Gráfico 12. Distribuição das respostas por gênero à questão “Alguma/algum colega sua/seu já relatou ter sofrido algum tipo de assédio em ambiente escolar, conforme descrito na questão 2? Se sim, descreva a situação.”

Vários depoimentos reforçam os resultados mostrados até aqui: alunas, constrangidas com olhares maliciosos e toques indevidos, além de convites para sair e insinuações de favores sexuais:

“Sim, muitas colegas contam constantemente sobre olhares vindos de professores, durante as aulas ou até em horários alternativos (como atendimento paralelo)”

“Professor falou que ela tinha que se acostumar com os elogios tipo “gostosa e etc.” porque ela era”

“Sim, a aproximação de alguns professores com algumas atitudes duvidosas, como beijo no rosto, abraços, contatos físicos estranhos”

“Bom, era verão, foi no ano passado... Eu acho. Minha colega estava com uma regata, pois estava fazendo muito calor. Veio um professor e começou a puxar a blusa dela para baixo, pois estava "tentando ler", enquanto ele puxava para ver os peitos da minha colega. Ela tentava sair mas ele ficava dizendo que estava "lindo"”

“Uma colega contou que um professor a perseguia e propunha relações sexuais em troca de boas notas e algumas vezes a tocou sem permissão”

“Sim. Colegas já relataram toques, olhares e situações em que se sentiram incomodadas. Há relatos de colegas que até mesmo receberam convites como de ir à casa de professores e etc”

“Sim, professores perguntando maliciosamente o status de relacionamento enquanto acariciava as costas da pessoa, além de contatos desnecessários e insinuações”

“Já. Não são situações "alarmantes", mas boa parte dos assédios eram frequentes (olhares indiscretos em regiões íntimas, toques como abraços indesejados). Aconteceram estritamente com meninas (inclusive, ainda no ensino fundamental)”

“Já ouvi várias vezes alunas do integrado reclamarem de se sentirem desconfortáveis na aula do professor x devido a investidas do mesmo. E os garotos alegarem que este professor é mais flexível e dar boas notas para as meninas”

“Sim. Minhas amigas e eu já passamos por situações constrangedoras, de olhares e muita aproximação de certo professor que olhava descaradamente para partes dos nossos corpos e tentava também chegar mais perto que o necessário”

“Sim, minha amiga, assim como eu, já fomos convidadas para sair”

“Não foi com uma colega, mas na antiga escola que eu frequentava, um professor foi gravado se masturbando em um vídeo encaminhado para uma aluna”

“Sim. Vários relatos de professores que dão nota pela aparência das alunas, vários relatos de olhares maliciosos em partes constrangedoras das alunas (seios)”

“Sim. Alunos que se sentem ameaçados por professores que se aproximam com beijos no rosto ou conversas a sós”

“Sim, o professor fez convites para ir até sua casa e enviou diversas mensagens que foram inconvenientes”

“Sim, em troca de pontos para a matéria”

Algumas declarações deixam claro, para além do constrangimento, a sensação de insegurança e medo que essas atitudes acabam gerando:

“Sim, eu fazia um projeto de extensão aqui no IFSC, um dia eu e uma colega bolsista fomos a um setor da escola perguntar algo, haviam umas três pessoas neste setor, eu fiquei na porta e minha colega foi conversar com uma delas, uma segunda pessoa ficou olhando ela de um jeito abusivo, eu senti repulsa e insegura pela situação que ela estava passando, nunca mais me senti normal naquele setor”

“Sim. No Ensino Médio, a mesma era assediada por um funcionário. Não houve nada mais além disso, porém havia um grande desconforto e até certo medo”

Quando perguntados sobre o que pensavam a respeito da ocorrência dessas situações em ambiente escolar, a grande maioria das alunas e alunos avaliou como muito negativa, conforme nos mostra o gráfico 13:

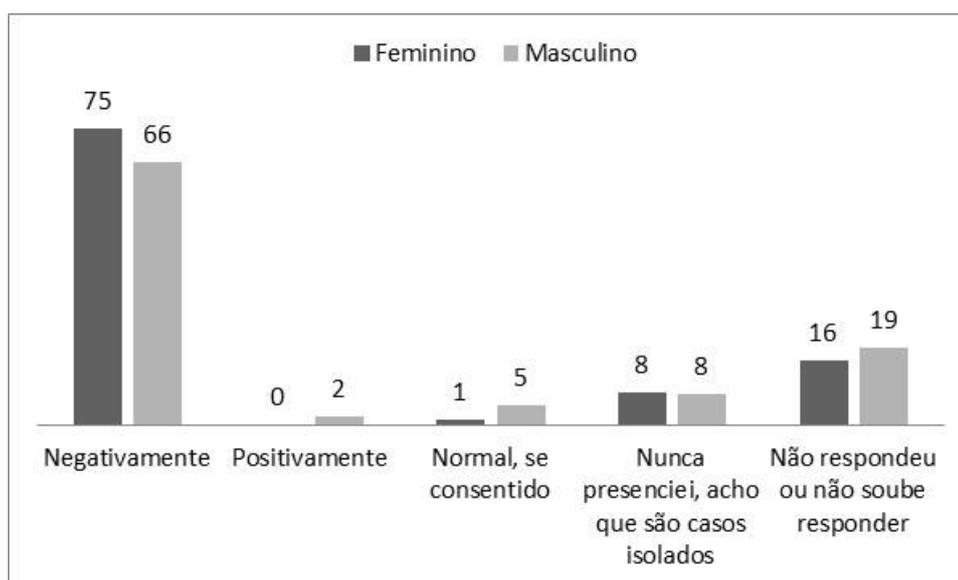


Gráfico 13. Distribuição das respostas por gênero à questão “Como você avalia essas atitudes em relação às/ aos alunas/ alunos, por parte de professores, servidores e/ou funcionários da escola?”

Nesse sentido, destaco alguns exemplos de opiniões dados pelas alunas:

“Acho falta de respeito e ética”

“Bem desagradável”

“Inapropriada”

“São atitudes que não deveriam ocorrer por conta que nós confiamos nessas pessoas de certa maneira”

“Antiéticas, assustadoras e pedófilas”

“Acho uma situação bem desconfortável para alunos ou alunas, e que isso não deveria acontecer”

“Na minha opinião, acredito ser algo errado e desconfortável. Eu sofri olhares de servidores e até professores. Não senti que era normal isso. Quero ir para escola sabendo que eu posso usar um short sem ninguém ficar "secando". Acho deplorável”

“Extremamente não profissional e irresponsável. Um desrespeito com os alunos, família e outros funcionários”

“Essas atitudes, independente da idade e da maturidade do aluno, dentro do ambiente escolar, por mim são consideradas extremamente repudiante, de forma até nojenta, sem ter como explicação aceitável para estas atitudes, desta forma concluo que ações deste tipo deveriam ser combatidas de todas as formas, inclusive encorajando os alunos a se manifestarem sobre”

Alguns participantes reconheceram essas atitudes como algo normal quando consentido, ou sem maiores consequências para a vida delas:

“As vezes pode não ser nada”

“Dependendo da situação acho normal”

“Eu acho que é só para quebrar o clima pesado, só para descontrair... Uma brincadeira”

“Depende, acho que se o aluno é maior de 16 anos e quer se relacionar com um professor/servidor, deixe que se relacione. Um maior de 16 anos já tem responsabilidade pra responder por si própria, então pode se decidir sobre um relacionamento”

“Em alguns casos pode ser apenas uma brincadeira, mas na maioria das vezes deve ser evitada”

Alguns relatos identificaram as relações de poder existentes na escola como um dos fatores mais negativos nesse tipo de situação, gerando insegurança e traumas:

“Avalio como um abuso, sobre pessoas mais vulneráveis e que algumas vezes nem se dão conta do acontecido”

“Vejo isso como um "abuso de poder" de certa forma. Seja por ser autoridade na sala de aula, ou pela diferença de idade e formação, até mesmo poder econômico. Dá a esses indivíduos a sensação de direito absoluto sobre os alunos, principalmente com as garotas”

“Complicadas, pois no caso de um professor com aluna, por exemplo, há a diferença de idade grande na maioria das vezes, e até com alunas menores de idade e a relação desigual de "poder" entre ambos. Os professores/servidores/funcionários que saem, desejam ou se aproximam das alunas com intenções sexuais deveriam se colocar em seu devido lugar”

“Erradas, eles são pessoas com autoridade na escola e podem gerar medo nos alunos/as e desconforto, atitudes assim não deveriam acontecer”

“Avalio como uma falta de respeito e abuso de poder. Essas atitudes coagem os alunos”

“Um absurdo, gera um ambiente "pesado" na escola, deixando estudantes desconfortáveis e sem a sensação de segurança”

“Graves demais, comprometendo a integridade de crianças ou adolescentes, abusos podem acarretar em traumas ou receios com o ambiente escolar, tão fundamental ao desenvolvimento”

“Considero uma atitude de grande gravidade, porque tais ações interferem na vida escolar e psicológica dos alunos/as. Trazendo consequências como medo e outros sintomas do indivíduo quando frequentar o âmbito escolar”

Outras reconhecem que o tema ainda é um tabu, o que contribui para a naturalização e perpetuação dessas situações de violência:

“A escola é um dos primeiros contatos com o "mundo" que nós temos. A partir do momento que esse tipo de atitude (assédio físico/verbal) ocorre e nada é feito, começamos a ver isso como algo normal e sem muita importância, podendo evoluir para algo mais sério”

“Alguns alunos mantêm-se calados por medo ou por achar "comum””

“Como um tabu, pois é um assunto que não é abordado ou, quando há relatos disso, é mantido em total segredo”

Em relação à relevância da abordagem do tema em ambiente escolar, a maioria absoluta das participantes desta pesquisa reconhecem como importante que haja um trabalho na escola sobre a temática (Gráfico 14).

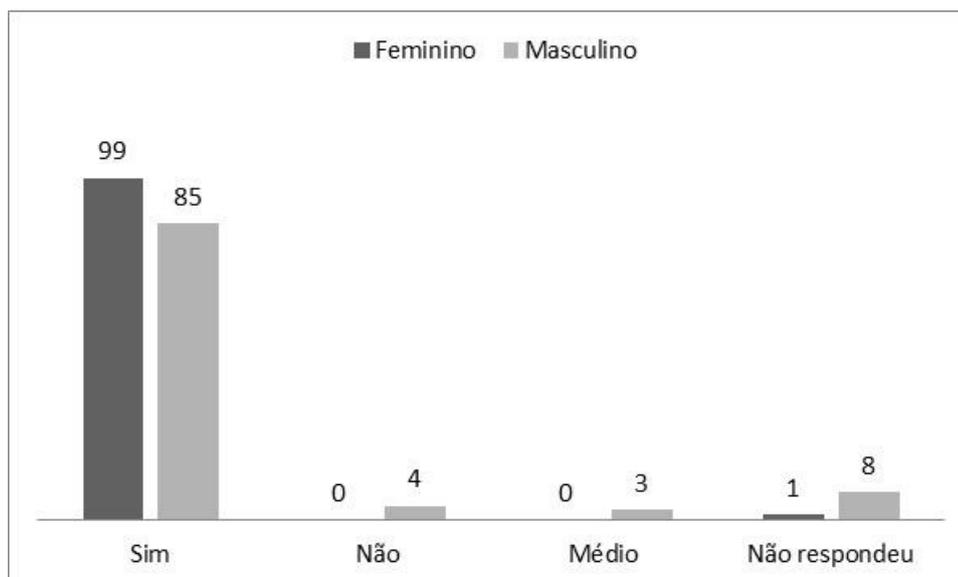


Gráfico 14. Distribuição das respostas por gênero à questão “Você considera importante que a escola aborde essa temática com a sua comunidade (alunos, professores e outros servidores)? Comente a respeito.”

Algumas alunas justificaram a relevância da abordagem dessa temática na escola para a desconstrução da naturalização com que esses tipos de atitudes são tratados, assim como para instruir as alunas a identificarem e combaterem essas atitudes:

“Sim, esse tipo de assunto, na minha opinião, deveria ser discutido desde cedo na escola, pois muitas vezes as pessoas crescem achando que esse tipo de atitude é normal/comum”

“A escola tem um papel importantíssimo na desconstrução de costumes imorais”

“Sim, porque algumas pessoas não levam a sério, acha, que é só "brincadeira"”

“Sim, pois muitas vezes as alunas ou alunos acham isso normal se acontece normalmente”

“Sim. Muitos alunos não sabem dizer o que é e o que não é permitido”

“Considero importante, principalmente no sentido de proteger os alunos e prestar apoios”

“Sim, para que os alunos saibam identificar a situação e reagir a ela”

Outras participantes ressaltaram a necessidade de se tratar tal temática na escola para combater o constrangimento e o medo que tais atitudes provocam nas alunas:

“Sim, pois muitas vezes pode ter ocorrido algum caso e a pessoa tenha ficado com medo de se expor e essa é uma forma de começar”

“Adorei, super importante abordar esse assunto com os alunos. Para que não fiquem com medo de denunciar”

“Sim. Muitas pessoas sofrem com isso e se calam por medo ou vergonha”

“Com certeza. Muitos sofrem com provocações piores e tem medo de relatar. É necessário erradicar esse medo e vergonha”

“É de extrema importância, já que o ambiente escolar deve ser acolhedor e seguro, em que os alunos se sintam confortáveis e não deveriam sentir-se "oprimidos", e hoje em dia existem diversas pessoas traumatizadas por coisas como as descritas na pesquisa e hoje estas pessoas se privam de diversos momentos por isto”

“Com certeza. Esse assunto deve ser amplamente discutido e debatido com a comunidade acadêmica, porque ele interfere diretamente no aluno. As investidas e assédios provenientes por parte de autoridades geram desconforto e mal estar ao próprio aluno, que por vezes não denuncia a ação por meio de retaliação”

“Sim, pois muitas pessoas tem medo de falar, seja porque o professor pode prejudicar ao/a aluno/a ou ninguém pode acreditar devido ser um professor/servidor”

Algumas pessoas destacaram também a importância da escola no combate a este tipo de violência de gênero, já que atinge mais as meninas:

“Sim, pois o desrespeito, principalmente com as garotas ainda é muito grande”

“Obviamente, principalmente por questões sexistas, machistas e misóginas com ideias de poder e apropriação de corpos”

“Sim, esse tipo de situação não acontece apenas na escola, nós mulheres somos sujeitas a isto o tempo todo. Isso é um reflexo de uma sociedade machista que vê a mulher como um objeto, debater/assistir palestras sobre o tema faz gerar uma desconstrução deste pensamento”

“É muito importante que esses assuntos sejam mais abordados em nosso meio. Sabemos que isso é uma coisa que realmente acontece, mas por falta de conversas/palestras sobre, muitas vítimas não sabem como reagir quando isso ocorre com elas, se sentindo amedrontadas e até mesmo com certo receio de ser julgada”

“Sim. Muitas alunas tem medo de denunciar e caso fosse abordado creio que seria mais fácil para elas falarem”

Por fim, poucos alunos fizeram comentários adicionais a respeito da temática proposta. A maior parte desses reforça a importância de se trabalhar esta temática em sala de

aula, mas também foram observadas denúncias e reflexões sobre os espaços onde esses tipos de situações ocorrem:

“Nesse questionário respondi questões ligadas à escola, mas vale lembrar que, fora dela, esses acontecimentos são bem frequentes”

“Na verdade acho que isso acontece mais no trabalho do que na escola, já aconteceu comigo no trabalho, e agora no ensino médio, os alunos estão começando a trabalhar, então acho que a escola devia sim abordar esse assunto”

“Deveriam ter palestras a respeito do assunto e até uma caixinha anônima com a secretaria ou na direção que relate algum problema ou abuso para os alunos que não queiram se identificar”

“Seria interessante abordar esse tema além de na Escola, também dentro de casa”

“A escola não acredita quanto um aluno da relato. Não há encaminhamento e o abusador/agressor sai impune”

“Acho que além da questão dos assédios pesquisados, deve-se entrar em foco também outras situações tão prejudiciais quanto, como o sexismo existente por parte de funcionários da instituição e a homofobia proveniente dos mesmos”

“Quando eu vim fazer minha inscrição, o servidor que a efetuou pesquisou em que posição eu havia passado. Quando cheguei em casa ele havia me mandado um convite no facebook, eu aceitei. Durante a primeira à terceira fase ele vinha conversar comigo e me convidar para sair com ele”

“Ser tratada de forma agressiva durante as aulas, quando ignorava as insinuações”

“Acho muito interessante tratar desse tema no campus, que normalmente é um tabu”

“Ainda acho que o campus deveria esconder menos, por baixo dos panos, casos que ocorrem aqui, sem expor a vítima. Também levar mais a fundo quando houver denúncias do tipo”

“Parabenizar a pesquisa, pois não tinha visto ainda alguém abordar este tema no colégio”

“Eu acho que a temática deve ser exposta o máximo possível, pois além de ser uma forma de intimidar quem age dessa forma, fará com que as alunas e alunos não se intimidem com essas ações”

“A escola precisa muito discutir sobre o assunto, porque ele é muito presente nas escolas, principalmente no ensino médio, quando o corpo dos alunos estão mudando. Agradeço a oportunidade de poder relatar sobre isso e acho muito importante esta atitude”

Houve também quem utilizou esse espaço para justificar a atitude de professores e servidores:

“Já ocorreu na nossa sala, porém, foi com o consentimento das alunas, e sempre parte das alunas, em alguns casos deixam o professor sem jeito, pois gostam de provocar o docente”

“Gostaria de dizer que inocento os professores, pois como já disse, é a aluna que se insinua. Já houve algumas insinuações semelhantes na nossa sala. E um exemplo que é aluna que seduz o professor foi quando, nos primeiros dias de aula de um professor, a aluna pediu as redes sociais do professor, mais especificamente o snapchat, aplicativo de troca de fotos”

“Estes assédios acontecem, também, ao servidor pelos alunos”

Os relatos aqui colhidos tratam de violências subjetivas na forma de abusos e assédios sexuais praticados principalmente contra mulheres adolescentes e jovens por homens em uma relação desigual de poder validada pelo ambiente escolar. Tratam também da visão naturalizada, e até mesmo justificada, de como essas violências são vivenciadas por homens e mulheres. Por fim, as respostas aqui colhidas também deixam evidente que a estrutura escolar é omissa tanto no acolhimento das vítimas quanto à prevenção deste tipo de violência. Precisamos pensar, neste sentido, sobre o papel da escola enquanto instituição social fundamental na produção e na reprodução das desigualdades de gênero e da violência simbólica.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência de gênero na escola, assim como estudada neste trabalho, faz parte da vida de meninas desde muito cedo, ainda no Ensino Fundamental, se intensificando no Ensino Médio. Essa violência na infância pode ser ainda maior, visto que muitas alunas relatam não terem certeza se situações vividas na escola tinham conotação sexual ou não, devido à inocência da idade e por confiarem totalmente nos agentes escolares.

Apesar de também terem sido relatadas experiências por parte dos meninos, são as meninas que relatam terem vivenciado o maior número de situações de abuso e assédio sexual na escola por parte de professores e funcionários. Não somente o número de relatos é maior, como também a tipificação das situações experimentadas revela uma diferença de gênero importante no ambiente escolar, sendo as meninas as maiores vítimas de situações mais constrangedoras (olhares maliciosos, contato físico inapropriado, convites para sair e até mesmo perseguição por não terem correspondido). Também o índice de reincidência dessas situações é bem maior entre as alunas, provocando medo e intimidação no ambiente escolar maior entre essas.

As situações relatadas revelam que o abuso sexual assim como definido neste trabalho, mais do que o assédio sexual, foi a tipologia de violência sexual mais observada entre as adolescentes e jovens pesquisadas. As situações mais frequentemente relatadas estão muito mais no campo da visão erotizada dessas adolescentes por adultos que se utilizam mais de técnicas de sedução do que de ameaça para satisfação de seus desejos sexuais.

Entretanto, a pequena incidência nos relatos de uso de coação para troca de favores sexuais, ou de perseguição por não terem correspondido às aproximações, não devem ser menosprezadas. Apesar de não haver um consenso na literatura jurídica sobre a caracterização desse crime no ambiente escolar, pela falta da caracterização do vínculo empregatício, fica evidente que a posição hierarquicamente superior de um funcionário da escola, principalmente se for um professor, caracteriza uma relação de poder entre desiguais, independente da idade da vítima.

Além disso, o fato de a maioria dessas situações serem perpetradas por homens sobre mulheres revela também a atuação de uma violência simbólica de gênero que constrange e, muitas vezes, humilha a vítima. Neste sentido, não surpreende o fato de alguns depoimentos “inocentarem” os professores envolvidos em tais situações, mesmo as achando inadequadas. Nesses casos, as atitudes docentes seriam justificadas pelas provocações das próprias vítimas,

ou ainda valorizadas pelo consentimento dessas à sedução do professor. Da mesma forma, não foi incomum a manifestação do constrangimento das vítimas em denunciar tais situações, provocado pelo medo de serem desacreditadas ou não levadas a sério.

Outro fator importante revelado nesse estudo é a total ausência da escola na identificação, combate e prevenção desta violência no seu interior. Apesar de grande parte das alunas que se sentiram constrangidas com situações de abuso e assédio na escola terem conversado sobre isso com alguém, apenas um número ínfimo (apenas 3%) delas confiou em alguma profissional da instituição (professoras, no caso) para fazer a denúncia. Conforme as respostas obtidas, essas alunas não identificam um setor ou pessoa de referência na escola, ou então não se sentiram acolhidas por essa, para relatarem suas suspeitas ou certezas a respeito deste tipo de violência.

Talvez por esse motivo, a grande maioria das respostas recolhidas na terceira parte do questionário concorda sobre a importância da abordagem dessa temática pela escola. Segundo elas, a escola deve assegurar que os estudantes sejam informados sobre os seus direitos, incentivando os jovens a falar sobre o assédio com a escola. Pais, alunos e professores devem estar cientes que alunos merecem um ambiente de aprendizado em que o assédio seja uma ofensa punível, e não algo com o que eles devam lidar com naturalidade.

Vale lembrar que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), prevê em seu Art. 70-B que as entidades públicas e privadas que atuem na área da educação têm o dever de comunicar ao conselho tutelar as suspeitas ou os casos de maus-tratos praticados contra crianças e adolescentes. Assim, quando o abuso ou o assédio sexual ocorrem dentro da escola e perpetrados por educadores e essa não comunica o conselho tutelar, a escola está se omitindo e ferindo a condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

Além disso, a omissão da escola contribui para a perpetuação da violência simbólica contra meninas e mulheres. Está dessa forma reforçando a naturalização da desigualdade de gênero em nosso país, onde a mulher continua sendo, para alguns ou muitos homens, apesar de toda a luta feminista, considerada como objeto de poder pertencente a ordem masculina, vivendo desde muito cedo e em diferentes instituições sociais (família, escola, igreja), um estado de permanente insegurança corporal ou por assim dizer, de “objetos receptivos sensíveis, atraentes e disponíveis [...] submissas, discretas, contidas ou mesmo apagadas” (Bourdieu, 2007, p. 82).

Neste sentido, observamos que o Instituto Federal de Santa Catarina, apesar do seu expressivo crescimento nos últimos anos e reconhecida excelência na sua oferta formativa assim como na qualidade do seu quadro docente e técnico, avançou muito pouco quanto ao

combate à desigualdade de gênero. A instituição continua sendo um domínio masculino e reproduzindo a violência simbólica contra as mulheres ao refletir, por exemplo, o imaginário coletivo da sociedade sobre os papéis masculinos e femininos nas diferentes profissões técnicas que se presta a formar, mas também ao permitir que a desigualdade na relação de poder inerente a relação professor-aluna resulte em abuso ou assédio sexual no ambiente escolar.

Eu entendo que o desafio institucional não deve se encerrar com o oferecimento de iguais oportunidades de acesso à educação: é preciso garantir condições equivalentes para que todas as alunas permaneçam no sistema escolar e sejam bem-sucedidas. Atingir igualdade de gênero em educação implica igualdade de oportunidades no processo de aprendizagem e de resultados dentro e fora da escola. Embora o mundo do trabalho não faça parte diretamente do campo educacional, sabemos que esse é fortemente marcado pelos efeitos da educação, ainda mais se tratando de educação profissional e tecnológica, como é a vocação do IFSC.

REFERÊNCIAS

- AMAZARRAY, M. R.; KOLLER, S. H. Crianças vítimas de abuso sexual: alguns aspectos observados em seu desenvolvimento. *Psicologia, Reflexão e Crítica*, 11 (3), 559-578. 1998.
- ARAÚJO, M. F. Violência e abuso sexual em família. *Psicologia em Estudo*, 2002, n. 7, v.2, p. 3-11.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- BRANDT, Joice. *A violência simbólica: uma reflexão acerca do habitus docente*. Trabalho de conclusão de curso. UNIVATES. 2014. 39 p.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.
- BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Brasília: Casa Civil. 1990. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm (último acesso em 24 de novembro de 2016).
- BRASIL. *Escola que te Protege: Enfrentando a violência contra crianças e adolescentes*. Vicente de Paula Faleiros, Eva Silveira Faleiros. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2007.
- BRASIL. *Violência Intrafamiliar: orientações para a prática em serviço*. Secretaria de Políticas de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde. 2002.
- CHARLOT, Bernard. A violência na escola: como sociólogos franceses abordam essa questão. *Sociologias*. Porto Alegre, ano 4, nº 8, 2002. p.432-443.
- DREZETT, J. Estudo de fatores relacionados com a violência sexual contra crianças, adolescentes e mulheres adultas. *Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia*, v. 22, n. 7. 2000.

- FARIA, Livia Monique de Castro; PAULINO, Alessandro Garcia. Entre Marias e Preciosas: Textos culturais, gênero e violência sexual. RIBEIRO, Cláudia (org.). Tecendo gênero e diversidade sexual nos currículos da Educação Infantil. Ed.UFLA. Lavras. 2012. p.355-370.
- FREITAS, Maria Ester. Assédio Moral e Assédio Sexual: faces do poder perverso nas organizações. *RAE - Revista de Administração de Empresas*. v. 41 n. 2 . p. 8-19. 2001
- <http://hypescience.com/assedio-sexual-nas-escolas-e-assustadoramente-comum/>. Último acesso em 6 de junho de 2016.
- IFSC, Instituto Federal de Santa Catarina. *Anuário Estatístico 2016*. Disponível em https://public.tableau.com/profile/publish/AnurioEstatsticoPROENIFSC2016anobase2015-DadosdeMatrculas_/AnurioEstatstico#!/publish-confirm (último acesso em 21 de novembro de 2016)
- IFSC, Instituto Federal de Santa Catarina. *Plano de Desenvolvimento Institucional (2015-2019)*. Disponível em <http://pdi.ifsc.edu.br/capitulos/> (último acesso em 21 de novembro de 2016).
- JANSSEN, Daniele. *O assédio sexual? Professor e aluno*. <http://phmp.com.br/artigos-e-publicacoes/artigo/o-assedio-sexual-professor-e-aluno/>. Último acesso em 6 de junho de 2016.
- JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Homofobia nas Escolas: um problema de todos. In: *Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Albetização e Diversidade, UNESCO. 2009.
- LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 16 ed. Petrópolis, RJ: Vozes. 2014.
- MARTELLI, Andréa Cristina. 2013. Abuso sexual contra crianças e adolescentes: o que a escola tem a ver com isso? *Anais: Simpósio Internacional de Educação Sexual: corpos, identidade de gênero, heteronormatividade no espaço escolar*. Maringá, PR,

- MEDEIROS, Cristina Carta Cardoso de. *A teoria sociológica de Pierre Bourdieu na produção discente dos Programas de Pós-Graduação em Educação no Brasil*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba: 2007
- PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. *Relatório do Desenvolvimento Humano* 2015. Disponível em http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr15_overview_pt.pdf (último acesso em 1 de dezembro de 2016).
- SANTOS, José Vicente Tavares dos (Orgs). *A palavra e o gesto emparedados: a violência na escola*. PMPA, SMED. 1999.
- SANTOS, Simone Cabral Marinho dos; COSTA, Ana Maria Morais. A herança patriarcal de dominação masculina em questão. Anais: XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires. 2009. Disponível em <http://www.aacademica.org/000-062/816> (último acesso em 15 de novembro de 2016).
- SOUZA, Liliane Pereira. A violência simbólica na escola: Contribuições de sociólogos franceses ao fenômeno da violência escolar brasileira. *LABOR*, n. 7, v. 1. 2012. P. 20 – 34.
- UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. *School-related gender-based violence is preventing the achievement of quality education for all*. 2015a. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002321/232107E.pdf> (último acesso em 30 de outubro de 2016).
- UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. *La violencia de género en las escuelas y en sus alrededores impide que millones de niños de todo el mundo desarrollen plenamente su potencial académico*. 2015b. Disponível em http://es.unesco.org/gem-report/sites/gem-report/files/srgbv_PR_sp.pdf (último acesso em 10 de dezembro de 2016).
- VIODRES INOUE, Silvia Regina; RISTUM, Marilena. Violência sexual: caracterização e análise de casos revelados na escola. *Estudos de Psicologia*, v. 25(1), p. 11-21. 2008

APÊNDICE 1



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DE GÊNERO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA

Questionário de pesquisa

1. Identificação

Idade:

Gênero:

Curso:

Fase:

2. Você já vivenciou algumas dessas situações, provocadas por algum professor, servidor e/ou funcionário da escola?

	Sim	Acho que sim	Acho que não	Não	Não sei responder
a. Olhares maliciosos e/ou indiscretos					
b. Elogios aos atributos físicos					
c. Conversas de cunho erótico, sensual e/ou sexual descontextualizadas					
d. Contato físico, além do conveniente					
e. Procura insistente (na escola, aplicativos e/ou redes sociais)					
f. Convite para sair					
g. Insinuação para troca de favores sexuais					
h. Proposta de relação sexual					
i. Coação para troca de favores sexuais					
j. Perseguição por não responder às aproximações					

- 3. Se você respondeu sim, ou acho que sim, a qualquer uma das alternativas da questão 2, responda:**
- a. Essa situação ocorreu no:
 Ensino Fundamental
 Ensino Médio
 - b. Essa/as atitude/es se repetiram mais de uma vez?
 Não
 Sim, mais de uma vez com a mesma pessoa
 Sim, mais de uma vez com pessoas diferentes
 - c. Você sentiu desconforto ou medo diante dessas atitudes?
 Sim. Por que?
 Não. Por que?
 - d. Você conversou a respeito com alguém?
 Sim. Com quem?
 Não. Por que?
 - e. Houve algum encaminhamento dessa conversa?
 Sim. Qual?
 Não. Por que?
 Não sei responder
 - f. Você alguma vez se sentiu ameaçada/o, intimidada/o ou constrangida/o em frequentar as aulas e/ou outros espaços escolares em virtude desses tipos de atitudes?
 Sim
 Não
- 4. Alguma/algum colega sua/seu já relatou ter sofrido algum tipo de assédio em ambiente escolar, conforme descrito na questão 2? Se sim, descreva a situação.**
- 5. Como você avalia essas atitudes em relação às/aos alunas/alunos, por parte de professores, servidores e/ou funcionários da escola?**
- 6. Você considera importante que a escola aborde essa temática com a comunidade (alunos, professores e outros servidores)? Comente a respeito.**
- 7. Você gostaria de fazer algum comentário adicional ou relato a respeito desta temática?**

Muito obrigada pela sua contribuição!